



Banco Original

Banco Original S.A. - IFRS

Demonstrações Financeiras

2013

ÍNDICE

▪ Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas	1
▪ Balanços Patrimoniais Consolidados	2
▪ Demonstrações Consolidadas do Resultado	3
▪ Demonstrações Consolidadas do Resultado Abrangente	4
▪ Demonstrações Consolidadas das Mutações do Patrimônio Líquido	4
▪ Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa	5
▪ Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	6



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Original S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Original S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva referente a comparabilidade.

Base para opinião com ressalva - Limitação de escopo

Em 01 de janeiro de 2012 (data de transição) o Banco Original possuía saldo na rubrica para perda por redução ao valor recuperável de empréstimos consignados conforme nota explicativa 7. d no montante de R\$ 129.998 mil, e a despesa por perda ao valor recuperável apresentada na Demonstração de Resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 no montante de R\$ 72.322 mil. No processo de auditoria das demonstrações financeiras não nos foram fornecidas evidências suficientes que nos possibilitassem concluir sobre o saldo para perda por redução ao valor recuperável dos empréstimos consignados no balanço de transição em 01 de janeiro de 2012. Dessa forma, não nos foi possível concluir se seria necessário efetuar ajustes, se houver, em relação a provisão para perda ao valor recuperável, assim como o impacto deste ajuste, se houver, no saldo das rubricas de despesas com perda por redução ao valor recuperável e receitas com reversão de provisão para perda ao valor recuperável para o exercício findo em 31 de janeiro de 2012. A limitação de escopo acima referida, não afeta o saldo patrimonial em 31 de dezembro de 2012 tendo em vista que o Banco cedeu a carteira de empréstimos consignados sem coobrigação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Opinião com ressalva - comparabilidade

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos de comparabilidade descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva - limitação de escopo, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Original S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standard Board - IASB".

São Paulo, 31 de março de 2014



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012		Nota	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012
Ativo					Passivo e Patrimônio Líquido				
Disponibilidades	4	21.172	311	5.431	Passivos Financeiros Mensurados por Meio do Resultado		4.229	-	53
Depósitos Compulsórios no Banco Central		88	82	30	Derivativos	6.b.1	4.229	-	53
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado		654.795	1.008.258	90.993	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	13	444.583	423.515	2.363.155
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5	107.018	155.018	38.222	Depósitos		282.962	409.389	921.205
Aplicações no Mercado Aberto	5	547.777	853.240	52.771	Captações no Mercado Aberto		78.829	-	315.108
Ativos Financeiros Mensurados por Meio do Resultado	6	718.477	821.001	1.858.433	Recursos de Mercados Interbancários		82.792	14.126	50.091
Titulos de Dívida e Patrimoniais		713.833	821.001	1.858.155	Cessão com Coobrigação	7.e	-	-	1.076.751
Derivativos		4.644	-	278	Outros Passivos Financeiros	14	339	699	535
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	6	102.030	10.551	5.064	Provisões	15	46.138	45.423	4.259
Titulos de Dívida e Patrimoniais		102.030	10.551	5.064	Obrigações Fiscais		11.324	53.261	3.746
Empréstimos e Recebíveis	7	725.623	320.083	1.844.144	Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		11.324	53.261	3.746
Empréstimos e Recebíveis	8	766.751	367.639	2.027.775	Outros Passivos	17	116.353	149.150	144.304
Perda por Redução ao Valor Recuperável		(41.128)	(47.556)	(183.631)	Total do Passivo		622.966	672.048	2.516.052
Outros Ativos Financeiros	9	9.405	5.805	12.414	Capital Social	18.a	2.080.301	1.997.408	1.997.408
Ativos Imobilizado, Líquido	10	7.292	5.510	7.950	Outros Resultados Abrangentes	18.b	33.809	9.059	-
Ativos Intangíveis, Líquido	11	20.080	120	832	Lucros ou Prejuízos Acumulados		(167.252)	(168.919)	(297.467)
Ativos Fiscais		167.546	202.851	232.833	Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		1.946.858	1.837.548	1.699.941
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		8.058	45.256	8.236	Total do Patrimônio Líquido		1.946.858	1.837.548	1.699.941
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	8.a	159.488	157.595	224.597	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.569.824	2.509.596	4.215.993
Outros Ativos	12	143.316	135.024	157.869					
Total do Ativo		2.569.824	2.509.596	4.215.993					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Produto Bancário		181.706	563.183
Receita com Juros e Similares	7.f	89.117	258.692
Despesa com Juros e Similares	13.d	(39.847)	(58.228)
Ganho/(Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos	6.b.3	140.687	418.052
Receita de Prestação de Serviços	21	2.828	184
Outras Despesas	22	(11.079)	(55.517)
Perdas com Créditos		29.906	(49.821)
Perda por Redução ao Valor Recuperável	7.d	(28.393)	(72.322)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo		58.299	22.501
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos		211.612	513.361
Outras Despesas Operacionais		(176.502)	(180.626)
Despesas Gerais e Administrativas	23	(164.621)	(145.894)
Despesas Tributárias	24	(11.881)	(31.084)
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas		-	(3.648)
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social		35.110	332.736
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(2.643)	(37.372)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		<u>(4.800)</u>	<u>(71.766)</u>
Lucro Líquido		<u>27.667</u>	<u>223.598</u>
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores		27.667	223.598
Lucro por Ações (em reais R\$ mil) - Básico e Diluído			
Ordinárias		26.694	215.735
Preferenciais		973	7.863
Média Ponderada por Ações Emitidas - Básica e Diluída			
Ordinárias		518.913	518.913
Preferenciais		18.913	18.913

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO ABRANGENTE

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Lucro Líquido		27.667	223.598
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	6	(1.224)	–
Variação de Valor Justo		(2.140)	–
Efeito Fiscal		916	–
Outros Resultados Abrangentes		35.033	9.059
Total do Resultado Abrangente		61.476	232.657
Resultado Abrangente Atribuível ao Acionista Controlador		61.476	232.657

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Outros Resultados Abrangentes			Total Patrimônio Líquido Acionistas Controladores	
		Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ajuste a Valor Justo de Ativos Financeiros		Lucros/(Prejuízos) Acumulados
Saldo em 1º de janeiro de 2012		1.997.408	25.641	–	(238.678)	1.784.371
Impactos da Mudança de Prática Contábil	29	–	(25.641)	–	(58.789)	(84.430)
Saldo em 1º de janeiro de 2012 - Ajustado		1.997.408	–	–	(297.467)	1.699.941
Total de Resultados Abrangentes do Período		–	–	9.059	–	9.059
Outros Resultados Abrangentes	18.b	–	–	9.059	–	9.059
Lucro Líquido do Exercício		–	–	–	223.598	223.598
Destinações:						
Juros sobre o Capital Próprio	18.c	–	–	–	(95.050)	(95.050)
Saldo Reapresentado em 31 de Dezembro de 2012		1.997.408	–	9.059	(168.919)	1.837.548
Total de Resultados Abrangentes do Período		–	(1.224)	25.974	–	24.750
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	18.b	–	(1.224)	–	–	(1.224)
Outros Resultados Abrangentes	18.b	–	–	25.974	–	25.974
Aumento de Capital Social	18.a	70.793	–	–	–	70.793
Aumento de Capital Social com Juros sobre o Capital Próprio	18.a	12.100	–	–	(12.100)	–
Reversão de Juros sobre o Capital Próprio	18.c	–	–	–	12.100	12.100
Lucro Líquido do Exercício		–	–	–	27.667	27.667
Destinações:						
Juros sobre o Capital Próprio	18.c	–	–	–	(26.000)	(26.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2013		2.080.301	(1.224)	35.033	(167.252)	1.946.858

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	<u>Nota</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido do Exercício		27.667	223.598
Ajustes ao Lucro Líquido do Exercício:		70.598	200.740
Perda por Redução ao Valor Recuperável	8.e	28.393	72.322
Depreciações e Amortizações	23	1.813	2.067
Tributos Diferidos		4.800	71.766
Provisão para Despesas Administrativas		-	(2.981)
Provisão para Ações - Trabalhistas e Cíveis	15	761	43.110
Provisão de Participações no Lucro		34.831	11.662
Prejuízo na Alienação de Participação Societária		-	2.908
Resultado na Alienação de Bens não de Uso		-	(181)
Perda de Capital		-	66
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Semestre/Exercício		98.265	424.338
Variações em Ativos e Passivos			
Redução (Aumento) em Depósitos Compulsórios no Banco Central		(5)	-
Redução (Aumento) em Ativos Financeiros ao Custo Amortizado		(156.411)	(55.528)
Redução (Aumento) em Ativos Financeiros Mensurados por Meio do Resultado		(102.524)	1.206.271
Redução (Aumento) em Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		87.866	(5.487)
Redução (Aumento) em Empréstimos e Recebíveis		(436.575)	246.006
Redução (Aumento) em Outros Ativos Financeiros		(1.500)	-
Redução (Aumento) em Ativos Fiscais		4.683	-
Redução (Aumento) em Outros Ativos		68.226	108.280
Aumento (Redução) em Passivos Financeiros Mensurados por Meio do Resultado		4.229	(53)
Aumento (Redução) em Passivo Financeiro ao Custo Amortizado		21.849	(970.668)
Aumento (Redução) em Outros Passivos Financeiros		(360)	-
Aumento (Redução) em Obrigações Fiscais		(50.364)	-
Aumento (Redução) em Outros Passivos		3.126	(19.677)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		(459.495)	933.482
Atividades de Investimento			
Aquisição de Imobilizado de Uso		(3.515)	1.302
Aplicações no Intangível		(20.080)	-
Alienação de Bens não de Uso		4.077	7.553
Caixa Líquido Recebido na Alienação/Redução de Investimentos		-	21.096
Aumento de Capital Subscrito em Controlada		-	(33.035)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		(19.518)	(3.084)
Atividades de Financiamento			
Aumento de Capital		-	8.547
Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(10.000)	-
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		(10.000)	8.547
Aumento Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		(489.013)	938.945
Modificações na Posição Financeira:			
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	1.003.789	64.844
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	514.776	1.003.789

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)**1. Contexto Operacional**

O Banco Original S.A. (Banco), é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de financiamento e investimento, de crédito imobiliário e rural, operações compromissadas e mercado de câmbio, além de operações pertinentes à corretora de títulos e valores mobiliários, constituído na forma de sociedade anônima, sediado na Rua General Furtado do Nascimento, 66 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP.

Originado a partir da compra do Banco Matone S.A., instituição tradicional do Rio Grande do Sul, cujo foco de negócios era a carteira consignada, o Banco Original passou por reestruturação de seus negócios em 2013 optando por descontinuar a atuação nesse mercado.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas pela Administração na reunião realizada em 31 de março de 2014.

2. Bases de Preparação

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros, "International Financial Reporting Standards" - IFRS, emitidos pelo "International Accounting Standard Board" - IASB e as interpretações do "International Financial Reporting Interpretation Committee" - IFRIC descritos nesta nota explicativa. Portanto, estas Demonstrações Financeiras Consolidadas estão totalmente em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo IASB e as interpretações emitidas pelo IFRIC, e conforme as instruções estabelecidas pelo IFRS 1 Adoção pela Primeira vez das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs).

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco de 31 de dezembro de 2013 são as primeiras elaboradas de acordo com o IFRS, sendo 1º de janeiro de 2012 a data de transição. Essas demonstrações financeiras consolidadas incluem três anos de informações comparativas para o balanço patrimonial e dois anos para a demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração do fluxo de caixa e respectivas notas explicativas, conforme requerido pelas normas IFRS 1, descritas na Nota 28.

A reconciliação e a descrição dos efeitos da transição das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen (BRGAAP), para o IFRS, relativas ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e 1º de janeiro de 2012 (data de transição) e o lucro líquido referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, estão demonstradas na Nota Explicativa 29.

2.1. Bases de Mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a utilização de diversas estimativas e premissas para calcular certos valores reconhecidos ou divulgados nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

a) Estimativas Contábeis e Julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas em IFRS requer o uso de estimativas contábeis críticas baseadas no julgamento da administração para a seleção e aplicação das políticas contábeis. A administração acredita que as premissas adotadas são apropriadas e que o Banco apresenta suas demonstrações financeiras de maneira fidedigna e justa.

As aplicações mais relevantes do exercício de julgamento ocorreu em:

a.1) Avaliação do Valor Justo de Determinados Instrumentos Financeiros

O valor justo de um instrumento financeiro em uma determinada data é observado como o valor pelo qual ele poderia ser adquirido ou vendido naquela data por duas partes acordadas, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o valor que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo (valor cotado ou valor de mercado), referenciado na hierarquia de avaliação do valor justo, detalhado na Nota Explicativa 6.

As aplicações mais relevantes do exercício de estimativas ocorrem em:

a.2) Perdas por Redução do Valor Recuperável de Empréstimos e Receíveis

O Banco executa o reconhecimento da provisão para perdas por redução do valor recuperável utilizando o método da perda histórica e análise individual das maiores operações de crédito para a divulgação em IFRS. Para determinar o montante de perdas que devem ser registradas para um crédito ou para uma determinada classe de créditos, o Banco exerce seu julgamento analisando as evidências objetivas que indicam se houve uma mudança adversa em relação aos fluxos de caixa esperados da contraparte ou a existência de uma mudança nas condições econômicas que se correlacionam com as expectativas de perdas por valor recuperável. A Administração do Banco utiliza estimativas baseadas em experiência histórica de perdas para operações com características semelhantes e evidência objetiva de deterioração. A metodologia e as premissas utilizadas para estimar a quantidade e o momento dos fluxos de caixa futuros são revistos regularmente para reduzir as diferenças entre as estimativas e as perdas efetivas.

a.3) Redução do Valor Recuperável de Ativos não Financeiros - ("Impairment")

O reconhecimento contábil de um ativo deve demonstrar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar depreciação ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma perda (provisão), ajustando o valor contábil líquido.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente. Os critérios de cálculo para uma eventual redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e de ativos intangíveis são discutidos em detalhes nas Notas Explicativas 9, 10 e 11.

a.4) Intangível

O IAS 38 define o ativo intangível como um ativo não monetário identificável sem substância física. Essa definição nos remete ao Pronunciamento Conceitual Básico ("Framework") que estabelece que um ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem benefícios econômicos futuros para a entidade. Três pontos dessas definições devem ser analisados com especial atenção tendo em vista o reconhecimento de um ativo intangível: identificação, controle e geração de benefícios econômicos futuros. Um intangível só deve ser reconhecido se atender a esses três pontos. Os ativos intangíveis são compostos substancialmente por softwares adquiridos junto a fornecedores externos e por gastos de desenvolvimento do Projeto Digital, observando as regras estabelecidas no parágrafo 58 do IAS 38 para ativos intangíveis gerados internamente. Esses gastos serão amortizados durante sua vida útil-econômica estimada, que não ultrapassarão cinco anos quando finalizar a fase do desenvolvimento. No momento não estão ocorrendo amortizações do Projeto Digital. Os critérios de ativação dos ativos intangíveis são discutidos em detalhes na Nota Explicativa 11.

a.5) Provisões

O Banco revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores jurídicos. Para as contingências classificadas como prováveis, são constituídas provisões reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica de Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota Explicativa 15.

a.6) Reconhecimento e Avaliação de Impostos Diferidos

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos são contabilizados sobre diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, bem como sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL não utilizada. Apurados de acordo com as práticas contábeis aplicáveis e adotadas no Brasil.

O reconhecimento do ativo fiscal diferido depende do julgamento da Administração quanto à probabilidade e suficiência de lucros tributáveis futuros.

A previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, para os anos subsequentes está suportada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos aprovados pela Administração, e revistos no mínimo a cada data de balanço. Para mais informações sobre imposto de renda, veja Nota Explicativa 8.

2.2. Bases de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais do Banco Original, bem como as controladas no País.

a) Controladas

São classificadas como controladas as entidades sobre as quais o Banco está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As controladas são consolidadas pelo método integral desde o momento em que a Banco assume o controle sobre as suas atividades até o momento em que esse controle cessa. O Banco consolidou a empresa Promotora no balanço de abertura (1º de janeiro de 2012), em 2012 e em 2013 descontinuou a consolidação em virtude da venda da Promotora.

Em dezembro de 2013, o Banco celebrou a venda da Promotora, devido à descontinuidade de negócio.

b) Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC's)

No Balanço Patrimonial de abertura, 1º de janeiro de 2012 o Banco possuía 100% das cotas subordinadas dos Fundos: Matone V e Ema.

Em conformidade com o IFRS, na condição de estar exposto a, ou ter direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com os FIDC's e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade dos FIDC's, as Demonstrações Financeiras desses FIDC's foram consolidadas no Balanço Patrimonial de abertura do Banco.

As cotas subordinadas dos FIDC's tinham como lastro principal, operações de créditos, originadas pelo próprio Banco. Em 2012, ocorreu o encerramento do FIDC EMA, e 2013, o FIDC Matone 5 encerrou as suas atividades.

O Banco recomprou o saldo remanescente das operações de crédito cedidas anteriormente aos fundos, desta forma, encerrando as atividades dos mesmos, conforme descrito no parágrafo anterior.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

c) Principais Procedimentos de Consolidação

Para fins de consolidação, a entidade controladora adotou práticas contábeis consistentes e uniformes. Vale mencionar os principais procedimentos de eliminação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre o Banco e a Promotora, exceto os ganhos ou perdas em transações em moeda estrangeira. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados, mas somente na extensão de que não há evidência de perda por redução ao valor recuperável;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas/entidades.

2.3. Normas, Alterações e Interpretações de Normas do IASB

Por se tratar da primeira adoção as normas, alterações e interpretações estão descritas da Nota 28 conforme IFRS 1.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional e Apresentação

a.1) Moeda Funcional

O IAS 21 - Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio definem moeda funcional como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera. Se os indicadores são mistos e a moeda funcional não é obviamente identificada, a Administração precisa utilizar seu julgamento para determinar a moeda funcional que representa de forma mais realista (ou confiável) os resultados econômicos das operações da entidade, focando a moeda que influencia majoritariamente o apuração de transações. Indicadores adicionais são a moeda de financiamento ou a moeda em que os recursos de financiamento são gerados ou recebidos por meio das atividades operacionais, bem como a natureza das atividades e a extensão das transações entre subsidiárias no exterior e outras entidades do grupo consolidado.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação.

a.2) Moeda Estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos financeiros expressos em moeda estrangeira são reconvertidos para reais na data de balanço à taxa de câmbio em vigor na data do balanço, e as diferenças cambiais resultantes são reconhecidas no resultado na rubrica "Variações cambiais (líquidas)".

O Banco não possui transações com ativos não financeiros em moeda estrangeira nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e em 1º de janeiro de 2012, e as diferenças cambiais líquidas são reconhecidas em "Outros Resultados Abrangentes".

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

O Banco define como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Disponibilidades), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto, que fazem parte da gestão de caixa, com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudanças de valor, conforme demonstrado na Nota Explicativa 4.

c) Depósitos Compulsórios no Bacen

O Bacen impõem atualmente diversas exigências de depósito compulsório às instituições financeiras. Tais exigências são aplicadas a um amplo leque de atividades e de operações bancárias, como depósitos à vista, depósitos em poupança e depósitos a prazo. No caso do Brasil, também é exigida a aquisição e manutenção de títulos públicos federais brasileiros.

Os depósitos compulsórios são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente ao custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

d) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros

Os valores contabilizados representam razoável aproximação com o valor justo, pois os instrumentos incorporam as alterações nas taxas-base de atualização dos contratos, conforme Nota 5.

e) Aplicações no Mercado Aberto/Captações no Mercado Aberto

O Banco dispõe de operações de compra com compromisso de revenda (compromisso de revenda) e de venda com compromisso de recompra (compromisso de recompra) de ativos financeiros. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas "Aplicações no Mercado Aberto e Captações no Mercado Aberto", respectivamente.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda e os montantes captados em operações com compromisso de recompra são registrados inicialmente no Balanço Patrimonial pelos seus valores adiantados ou captados e subsequentemente registrado ao valor justo. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda e os juros incorridos em operações com compromisso de recompra são lançados em Receitas de Juros e Rendimentos e Despesas de Juros e Rendimentos, respectivamente.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

f) Instrumentos Financeiros

f.1) Definição

Instrumento Financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma empresa e simultaneamente a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra empresa.

Instrumentos de Patrimônio é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

Derivativo é qualquer instrumento financeiro com vencimento em data futura cujo seu valor justo se modifica em resposta às mudanças de uma ou mais variáveis de mercado (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou "rating" de crédito), no qual não haja investimento inicial ou que este seja inexpressivo em comparação ao investimento inicial que seria efetuado em outros instrumentos financeiros não derivativos que respondam de forma similar às mudanças nas mesmas variáveis de mercado destacadas acima.

f.2) Reconhecimento e Classificação dos Instrumentos Financeiros

f.2.1) Data de Reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o Banco se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui (regular "waytrades"): compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

f.2.2) Reconhecimento Inicial de Instrumentos Financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

f.2.3) Classificação dos Instrumentos Financeiros para Fins de Mensuração

Os instrumentos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- **Ativos e Passivos Financeiros Mantidos para Negociação (Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado):** essa categoria inclui os ativos e passivos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação. Os ativos e passivos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo, e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período, os derivativos não designados como instrumentos de cobertura "hedge", se encaixam nesta categoria. As mudanças do valor justo desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica "Ganhos/(Perdas) com Investimento em Títulos e Derivativos";
- **Ativos Financeiros Disponíveis para Venda:** investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não-derivativos que são designados nesta categoria no reconhecimento inicial ou que não são classificados em outras categorias de ativos financeiros. Títulos patrimoniais não cotados em bolsa, cujo valor justo não pode ser mensurado de forma confiável, são contabilizados pelo valor de custo. Todos os demais instrumentos de dívida disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. As mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquido de efeitos tributários, com exceção das perdas por redução do valor recuperável e juros destes ativos os quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por redução do valor recuperável, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado;
- **Empréstimos e Recebíveis:** essa categoria inclui empréstimos, financiamentos e outros recebíveis com característica de concessão de créditos, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de concessão de crédito. A característica preponderante do grupo de empréstimos e recebíveis é a não existência de mercado ativo, sendo estes mensurados pelo custo amortizado, reduzidos por eventual redução no valor recuperável, sendo as receitas deste grupo reconhecidas em base de rendimento efetivo por meio da utilização da taxa efetiva de juros;
- **Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento:** essa categoria inclui os instrumentos de dívida negociados em mercado ativo, com vencimento fixo e pagamentos fixos ou determináveis, para os quais o Banco tem intenção e capacidade comprovada de mantê-los até o vencimento. Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado menos a perda por não recuperação, com receita reconhecida em base de rendimento efetivo; e
- **Passivos Financeiros ao Custo Amortizado:** passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos em nenhuma das categorias anteriores e resultantes de atividades de captação de recursos realizadas pelas instituições financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

f.3) Mensuração dos Instrumentos Financeiros e Reconhecimento das Mudanças do Valor Justo**f.3.1) Mensuração ao Valor Justo**

Valor justo é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado, na data de balanço. Quando disponível, o Banco determina o valor justo de instrumentos financeiros com base nos preços cotados no mercado ativo para aquele instrumento. Um mercado é reconhecido como ativo se os preços cotados são prontamente e regularmente disponíveis e representam transações de mercado fidedignas e regulares ocorridas de forma justa entre partes independentes. Para os demais instrumentos financeiros sem preços cotados em mercados ativos, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação, que podem incluir transações recentes realizadas entre partes independentes em condições justas de mercado, referência ao valor justo de instrumentos similares, método de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções. As técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco utilizam o máximo possível de dados de mercado, baseando-se no mínimo possível em estimativas específicas do Banco, incorporando todos os fatores que os demais participantes do mercado considerariam na determinação de um preço de negociação, e são consistentes com metodologias econômicas amplamente reconhecidas e utilizadas pelos demais participantes do mercado na precificação destes instrumentos financeiros. Os dados utilizados nas técnicas de avaliação representam razoavelmente as expectativas de mercado e avaliações dos fatores inerentes de risco e retorno do instrumento financeiro avaliado. O Banco calibra as técnicas de avaliação utilizadas e as testa para validação utilizando preços de transações de mercado atualmente observáveis do mesmo instrumento ou baseadas em outros dados de mercado observáveis.

A cada transação, o instrumento financeiro é reconhecido inicialmente pelo preço da transação, que é o melhor indicador do valor justo, embora o valor obtido pelo modelo de avaliação possa diferir do preço da transação. Essa diferença inicial é reconhecida subsequentemente na demonstração do resultado, dependendo dos fatos e circunstâncias individuais de cada transação, e nunca posteriormente à data em que os dados de mercado tornem-se completamente observáveis.

O Banco classifica ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado na ocorrência de uma das situações abaixo:

- Os ativos ou passivos são administrados, avaliados e reportados internamente com base no valor justo; e
- A classificação elimina ou reduz significativamente um descasamento que de outra forma poderia ocorrer.

A Nota Explicativa 6 estabelece o valor de cada classe de ativo ou passivo financeiro que foi classificado a valor justo por meio do resultado. A descrição da base para classificação está na nota explicativa referente a cada classe relevante de ativo e passivo.

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros para os quais não há preços cotados observáveis no mercado requer o uso de técnicas de avaliação conforme descritas na Nota Explicativa 6. Os métodos que o Banco deverá adotar para a apuração do valor justo dos instrumentos financeiros seguem três diferentes níveis:

- **Nível 1:** O Banco utiliza como referência cotações públicas e preços disponíveis em mercado ativo. Estão incluídos nesse nível, substancialmente, os títulos de emissão do tesouro nacional, títulos de emissão privada com mercado secundário "ativo" e os instrumentos de patrimônio (ações) de outras entidades;
- Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo estão classificados no Nível 1 da hierarquia de valor justo;
- **Nível 2:** Na ausência de cotações públicas, o Banco, através de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado para negociação do instrumento. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis. Os instrumentos financeiros derivativos, cuja mensuração está atrelada à construção de curvas por meio da utilização de taxas divulgadas pela BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa) estão alocados neste nível;
- Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, e 1º de janeiro de 2012 não haviam instrumentos financeiros enquadrados neste nível; e
- **Nível 3:** Caso também não existam disponíveis dados baseados em parâmetros de mercado observáveis, a Administração se utiliza de informações internas e modelos internos para a apuração do melhor valor justo dos ativos e passivos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, e 1º de janeiro de 2012 não haviam instrumentos financeiros enquadrados neste nível.

f.3.2) Mensuração ao Custo Amortizado

O custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro é o valor no qual o ativo ou passivo financeiro é avaliado quando do seu reconhecimento inicial, menos as amortizações do principal, adicionado ou reduzido da amortização acumulada utilizando-se o método da taxa efetiva de juros de quaisquer diferenças entre o valor inicial reconhecido e o valor de resgate no vencimento, deduzindo-se quaisquer reduções por redução ao valor recuperável, inclusive na carteira de empréstimos e recebíveis.

f.3.3) Identificação e Mensuração de Redução ao Valor Recuperável

Em cada data de balanço, o Banco avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados ao valor justo por meio do resultado apresentam redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros são considerados com redução ao valor recuperável quando evidências objetivas demonstram que uma perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que esta perda representa um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo que podem ser estimados de modo confiável. A análise sobre o que constitui a perda por redução ao valor recuperável é uma questão de julgamento criterioso.

O Banco considera evidências de redução ao valor recuperável tanto para ativos individualmente significativos como no nível coletivo (massificado). Todos os ativos financeiros individualmente significativos são avaliados para se detectar perdas específicas. Os ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente para se detectar redução ao valor recuperável agrupando-se ativos financeiros (contabilizados a custo amortizado) com características de risco similares. As evidências objetivas de que os ativos financeiros (incluindo instrumentos de patrimônio) possuem redução ao valor recuperável incluem: quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros (operações em Recuperação Judicial, Confissão de Dívida e atrasos com mais de 90 dias), dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador, análise com base nas renegociações efetuadas pelo Banco, desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras, dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira e condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Na avaliação da redução ao valor recuperável coletivo, o Banco utiliza estudos históricos da probabilidade de inadimplência e volumes de perdas incorridas, ajustadas conforme o julgamento da administração, quando as condições atuais de economia indicam que perdas reais tenham probabilidade de serem superiores ou inferiores a aquelas sugeridas pela modelagem histórica.

As perdas por redução ao valor recuperável de ativos contabilizados pelo custo amortizado são mensuradas como sendo a diferença entre o valor contabilizado dos ativos financeiros e o valor presente dos fluxos de caixa estimados, descontadas pelas taxas de juros efetivas originais dos ativos. As perdas são reconhecidas no resultado na rubrica "Perda por Redução ao Valor Recuperável". Os juros de ativos com redução ao valor recuperável são revertidos contra o resultado do período, por não haver expectativa de recuperação.

Para as operações identificadas com evidência objetiva de redução ao valor recuperável são avaliadas as expectativas de recuperações de crédito, considerando aspectos como: o risco total do cliente, capacidade de pagamento do devedor, prazo de recebimento, probabilidade de recuperação e outros aspectos significativos para avaliar a capacidade de recuperação do crédito em situação de redução ao valor recuperável. Bem como as garantias recebidas consideradas fator mitigante da perda no valor recuperável.

O Banco utiliza como prática efetuar a baixa para prejuízo das operações vencidas há mais de um ano, quando já foram esgotados todos os procedimentos de cobrança e renegociação e, nesse caso, essas operações são consideradas extremamente improváveis quanto a sua recuperação.

Em adição, para investimentos em instrumentos de patrimônio, uma perda significativa ou prolongada no seu valor justo abaixo do custo inicial representa uma evidência objetiva de redução ao valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável com Instrumentos de Dívida disponíveis para venda são reconhecidas transferindo-se a diferença entre o custo de aquisição amortizado e o valor justo atual, do patrimônio líquido para o resultado do período.

Quando um evento subsequente reduz o valor da perda por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida em Instrumentos de Dívida disponíveis para venda, esta é revertida contra o resultado do período. Entretanto, quaisquer recuperações subsequentes no valor justo de um instrumento de patrimônio disponível para venda anteriormente ajustado por uma perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. As mudanças nas provisões para redução ao valor recuperável atribuíveis ao valor do tempo são refletidas como componente da receita de juros.

f.4) Desreconhecimento de Instrumentos Financeiros

Ativos financeiros são baixados quando expiram os direitos contratuais sobre os seus fluxos de caixa, ou quando os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais são transferidos em uma transação na qual todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são substancialmente transferidos. Qualquer interesse sobre ativos financeiros transferidos, criados ou retidos pelo Banco, deve ser reconhecido como um ativo ou um passivo em separado.

O Banco efetua a baixa de passivos financeiros quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou expiradas.

O Banco realiza transações nas quais ativos financeiros reconhecidos são transferidos, porém todos ou a maioria dos riscos e benefícios dos ativos transferidos, ou uma porção deles, são retidos pelo Banco. Caso todos ou a maioria dos riscos e benefícios sejam retidos, os ativos transferidos não devem ser baixados do balanço patrimonial. Transferências de ativos com retenção de todos ou da maioria dos riscos e benefícios incluem, por exemplo, cessão de créditos com coobrigação e operações de venda de títulos com compromisso de recompra.

Nas transações em que o Banco não retém e transfere substancialmente todos os riscos e os benefícios de propriedade de um ativo financeiro, é feita a baixa do respectivo ativo quando o Banco deixa de exercer controle sobre este.

Em certas transações o Banco mantém a obrigação de prestar serviços sobre os ativos financeiros transferidos. Os ativos transferidos nesse caso são baixados em sua totalidade se cumprir os critérios de baixa. Um ativo ou um passivo é reconhecido pelos direitos do serviço prestado, quando o valor cobrado pelo serviço cobre os custos (um ativo) ou é inferior aos custos (um passivo) para a realização do serviço.

O Banco realiza a baixa de empréstimos e recebíveis e de instrumentos de dívida quando estes são considerados incobráveis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

g) Empréstimos e Recebíveis

As operações de crédito são contabilizadas a valor justo, mais os custos de transação e mensuradas subsequentemente a custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

O método da taxa efetiva de juros é o procedimento utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período na conta.

O Banco classifica uma operação de crédito como não performando quando identifica evidência objetiva de perda na operação, desta forma a apropriação de juros deixa de ser reconhecida.

Quando um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares está em situação de perda de seu valor recuperável e o valor contábil é reduzido por meio da constituição de perdas por redução de seu valor recuperável, a receita de juros subsequentemente é reconhecida no valor contábil reduzido, utilizando-se a taxa efetiva de juros para descontar os fluxos de caixa futuros a fim de mensurar a perda por redução do valor recuperável.

h) Cessão de Ativos Financeiros

O Banco efetuava transferências com retenção substancial de riscos e benefícios (cessão de crédito com coobrigação) e de acordo com as normas brasileiras, os ativos eram baixados e os resultados eram apurados nas datas das cessões.

A IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - determina que quando há retenção substancial de riscos e benefícios o ativo não deve ser baixado e há um reconhecimento de um passivo em contrapartida à consideração recebida.

O efeito desta mudança foi o reconhecimento de um ativo e de um passivo no balanço de abertura 1º de janeiro de 2012 e um estorno (débito) em lucros acumulados na data da transição. O efeito fiscal deste ajuste foi uma diminuição do passivo fiscal corrente. Detalhes sobre dos valores contabilizados são demonstrados na Nota Explicativa 7.e.

i) Perdas por Redução do Valor Recuperável de Ativos Financeiros

O Banco realiza a análise dos ativos financeiros, a carteira de empréstimos e adiantamentos, contabilizados ao custo amortizado, periodicamente. Para tanto, o Banco faz uso de julgamentos para verificar a existência de indicadores da impossibilidade de recuperação ("impairment") destes ativos. Estes indicadores correspondem a dados observáveis sobre impactos adversos na capacidade de pagamentos de devedores. Quando verificada a necessidade de reconhecimento do "impairment", para perdas incorridas, estes valores são reconhecidos e provisões para perdas por redução do valor recuperável constituídas nas demonstrações financeiras.

Para a constituição desta provisão, decorrente de "impairment", de ativo financeiro ou empréstimo, o Banco adota processo estruturado de monitoramento contínuo de indicadores, tendo por base critérios objetivos e observáveis.

Para a apuração desta provisão é realizado cálculo das estimativas das perdas incorridas com base na diferença do valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa estimados. Para isto, o Banco segrega sua carteira de ativos financeiros, contabilizados ao custo amortizado, em duas classes:

- Análise individual, para contratos e valores individualmente significativos (operações superior a R\$3 milhões); e
- Análise coletiva, para contratos e valores não significativos individualmente.

Na análise individual, para as operações individualmente significativas, o Banco mantém um acompanhamento periódico e faz uma análise individual de cada contrato de empréstimo ou financiamento, utilizando modelagem baseada na monitoração dos critérios elegíveis e de sinais de alerta.

Na análise coletiva, para as operações não significativas individualmente, o Banco faz julgamentos baseados nas perdas históricas para ativos com características similares ou homogêneas, quanto à evidência objetiva de "impairment", utilizando-se de modelos de cálculo e de abordagens estatísticas que permitem derivar as provisões para as perdas incorridas. Os modelos e as premissas utilizadas para os cálculos de "impairment" são revisadas periodicamente.

j) Ativo Imobilizado

De acordo com o IAS 16, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas na Nota Explicativa 10.

O Ativo Imobilizado inclui o valor de sistemas de processamento de dados, instalações, móveis e equipamentos, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e qualquer perda por redução no valor recuperável (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

k) Ativo Intangível

Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização, acumulada e perdas por redução por valor recuperável, quando aplicável. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e que ocorrerá provavelmente a geração de benefícios econômicos futuros.

Ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva e são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção, mais os custos para colocá-los em situação e condição de uso. Estes ativos são subsequentemente mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer descontos ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis são compostos substancialmente por "softwares" adquiridos junto a fornecedores externos e por gastos de desenvolvimento do Projeto Digital. Esses gastos serão amortizados durante sua vida útil-econômica estimada, que não ultrapassará cinco anos.

l) Impostos e Contribuições sobre a Renda (Correntes e Diferidos)

O reconhecimento das provisões para o Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo acumulado contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário. De acordo com as práticas contábeis e tributáveis adotadas no Brasil.

A despesa de impostos sobre a renda é reconhecida no resultado, exceto quando advinda de uma transação reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes; nesse caso, o efeito fiscal é reconhecido no próprio resultado abrangente. É calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota cabível ao lucro real do período e das variações dos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos no resultado.

Os ativos e passivos diferidos incluem as diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou receber sobre as diferenças entre o valor contábil e sua respectiva base fiscal e créditos.

Os ativos diferidos sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

Ativo fiscal corrente corresponde a valores de impostos a recuperar nos próximos doze meses. Já os ativos fiscais diferidos correspondem aos valores de impostos a serem recuperados em exercícios futuros, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais ou créditos fiscais não aproveitados.

Passivo fiscal corrente corresponde a valores de impostos a pagar em relação ao imposto de renda sobre o lucro real do exercício nos próximos doze meses. Já os passivos fiscais diferidos correspondem aos valores de impostos a pagar em exercícios futuros, de acordo com o IAS 12.

m) Ativos e Passivos Contingentes/Provisões

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. Não existem ativos contingentes para 31 de dezembro de 2013, 2012 e 1º de janeiro de 2012.

Passivos contingentes são avaliados e divulgados de acordo com o IAS 37, e são obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os passivos contingentes do Banco decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios do Banco movidos por terceiros, ex-funcionários em ações cíveis e trabalhistas.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possam ser estimados com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- Prováveis: para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica "Provisões";
- Possíveis: as quais são divulgadas nas Demonstrações Financeiras, não sendo nenhuma provisão registrada; e
- Remotas: as quais não requerem provisão e nem divulgação.

As contingências prováveis são quantificadas pela melhor estimativa, utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme os critérios detalhados na Nota Explicativa 15.

n) Capital Social

O Capital Social do Banco é constituído por ações ordinárias e preferenciais e classificadas no Patrimônio Líquido, conforme descrito na Nota 18.

o) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP)

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício, conforme permite o Art. 202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976.

No exercício de 2013 e 2012 foram deliberados dividendos na forma de JCP, a deliberação está demonstrada na Nota 18.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

p) Garantias Financeiras

O Banco emite garantias financeiras aos seus clientes no curso normal dos seus negócios bancários.

Passivos de contratos de garantias financeiras são registrados inicialmente ao valor justo, que geralmente é o valor da comissão recebida ou a receber. Subsequentemente, os passivos de garantias financeiras são mensurados ao maior valor entre o valor justo inicialmente reconhecido (menos a apropriação do valor da comissão no resultado) e a melhor estimativa de gasto exigido para liquidar as obrigações.

q) Reconhecimento de Receitas e Despesas

Os critérios mais significativos utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas são os resumidos a seguir:

q.1) Receitas e Despesas com Juros e Similares

Receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo regime de competência na demonstração do resultado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

q.2) Comissões e itens Similares

As taxas e comissões recebidas são reconhecidas durante o período de prestação de serviços (regime de competência).

Taxas e comissões pagas decorrentes de operações com terceiros, tais como corretagens, são reconhecidas quando o serviço ou operação for realizado.

q.3) Outras Receitas e Despesas Operacionais

São reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos futuros ou custos serão realizados/incorridos pelo Banco, respeitando o prazo e características da relação contratual que lhes deram origem.

r) Lucro/(Prejuízo) por Ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do Lucro Líquido atribuído aos controladores do Banco pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício, de acordo com o IAS 33 Lucro por Ação. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O Banco informa que não existem fatores diluente de ações, desta forma o lucro por ação e lucro diluído por ação são os mesmos.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa
Composição

Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira

Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)

Total

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012
Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira	21.172	311	5.431
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	493.604	1.003.478	59.413
Total	514.776	1.003.789	64.844

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
Aplicações no Mercado Aberto
Posição Bancada

Letras do Tesouro Nacional - LTN

Notas do Tesouro Nacional - NTN

Aplicações em Depósitos Interfinanceiros

Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS

Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAF

Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural SUBEX

Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAMP

Total

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31 de dezembro de 2013 Total
Aplicações no Mercado Aberto	443.447	104.330	-	547.777
Posição Bancada	443.447	104.330	-	547.777
Letras do Tesouro Nacional - LTN	144.754	104.330	-	249.084
Notas do Tesouro Nacional - NTN	298.693	-	-	298.693
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	50.157	51.788	5.073	107.018
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS	50.157	51.788	3.889	105.834
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAF	-	-	140	140
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural SUBEX	-	-	964	964
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAMP	-	-	80	80
Total	493.604	156.118	5.073	654.795

Aplicações no Mercado Aberto
Posição Bancada

Letras do Tesouro Nacional - LTN

Notas do Tesouro Nacional - NTN

Aplicações em Depósitos Interfinanceiros

Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS

Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAF

Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural SUBEX

Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAMP

Total

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31 de dezembro de 2012 Total
Aplicações no Mercado Aberto	853.240	-	-	853.240
Posição Bancada	853.240	-	-	853.240
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.001	-	-	2.001
Notas do Tesouro Nacional - NTN	851.239	-	-	851.239
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	150.238	1.181	3.599	155.018
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS	150.238	-	3.599	153.837
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAF	-	120	-	120
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural SUBEX	-	777	-	777
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAMP	-	284	-	284
Total	1.003.478	1.181	3.599	1.008.258

Aplicações no Mercado Aberto
Posição Bancada

Letras do Tesouro Nacional - LTN

Posição Financiada

Notas do Tesouro Nacional - NTN B

Aplicações em Depósitos Interfinanceiros

Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - PRÉ

Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAF

Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural SUBEX

Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAMP

Total

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	1º de janeiro de 2012 Total
Aplicações no Mercado Aberto	52.771	-	-	52.771
Posição Bancada	3.831	-	-	3.831
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.831	-	-	3.831
Posição Financiada	48.940	-	-	48.940
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	48.940	-	-	48.940
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6.642	31.580	38.222	38.222
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - PRÉ	6.575	30.337	-	36.912
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAF	-	-	83	83
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural SUBEX	-	-	1.160	1.160
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAMP	67	-	-	67
Total	59.413	31.580	38.222	90.993

As operações compromissadas encontram-se custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e os títulos privados na CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP).

6. Instrumentos Financeiros

A metodologia para determinação do valor justo está descrita na Nota 3.f.5 e todos os ativos financeiros descritos abaixo possuem hierarquia Nível I, não houveram reclassificações no período.

a.1) Classificação por Título, Vencimento, Valor Justo e Curva
a.1.1) Ativos Financeiros Mantidos para Negociação

	Valor de Curva	Sem Vencimento	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31 de dezembro de 2013 Valor Contábil/ Valor Justo
Títulos Públicos					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	579.158	-	529.428	46.953	576.381
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	2.881	-	287	2.581	2.868
Total Títulos Públicos	582.039	-	529.715	49.534	579.249
Títulos Privados					
Ações de Companhia Abertas	92.397	134.584	-	-	134.584
Total Títulos Privados	92.397	134.584	-	-	134.584
Total	674.436	134.584	529.715	49.534	713.833

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Valor de Curva	Sem Vencimento	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31 de dezembro de 2012 Valor Contábil/ Valor Justo
Títulos Públicos					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	425.346	–	223.646	207.321	430.967
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	62.462	–	62.463	–	62.463
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	75.070	–	–	77.174	77.174
Total Títulos Públicos	562.878	–	286.109	284.495	570.604
Títulos Privados					
Ações de Companhia Abertas	238.655	250.397	–	–	250.397
Total Títulos Privados	238.655	250.397	–	–	250.397
Total	801.533				821.001

	Valor de Curva	Sem Vencimento	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	1º de janeiro de 2012 Valor Contábil/ Valor Justo
Títulos Públicos					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.284.422	–	–	1.287.924	1.287.924
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	100.423	–	–	100.413	100.413
Total Títulos Públicos	1.384.845	–	–	1.388.337	1.388.337
Títulos Privados					
Ações de Companhia Abertas	425.000	469.818	–	–	469.818
Total Títulos Privados	425.000	469.818	–	–	469.818
Total	1.809.845				1.858.155

a.1.2) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

	Valor de Curva	Sem Vencimento	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31 de dezembro de 2013 Valor Contábil/ Valor Justo
Títulos Públicos					
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	–	–	100.796	98.656	98.656
Total Títulos Públicos	–	–	100.796	98.656	98.656
Títulos Privado					
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI ⁽¹⁾	–	3.374	–	3.374	3.374
Total Títulos Privados	–	3.374	–	3.374	3.374
Total	–	3.374	104.170	102.030	102.030

	Valor de Curva	Sem Vencimento	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31 de dezembro de 2012 Valor Contábil/ Valor Justo
Títulos Privado					
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI ⁽¹⁾	–	3.210	–	3.210	3.210
Certificados de Depósito Bancário	–	7.341	–	7.341	7.341
Total Títulos Privados	–	10.551	10.551	10.551	10.551
Títulos Privado					
Cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	2.163	2.163	–	–	2.163
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI ⁽¹⁾	2.797	–	–	2.797	2.797
Certificados de Depósito Bancário	104	–	104	–	104
Total Títulos Privados	5.064	2.163	104	2.797	5.064

⁽¹⁾ A aplicação em CRI pós-fixado refere-se à aquisição dos Certificados subordinados da primeira emissão da Gaia Securitizadora S.A., 1ª série e 2ª série. Estes papéis são remunerados às taxas de 11,00% e 14,50% a.a. e corrigidos monetariamente pela Taxa Referencial (TR), respectivamente, tendo seu vencimento em dezembro de 2038.

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC, os títulos privados e as cotas de fundos de investimento na CETIP e as ações na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelo fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas divulgadas pela BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa) ou agentes de mercado, quando necessário.

b) Derivativos

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor justo e seus valores referenciais "notional" estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	Valor de Curva	Valor Justo	Valor Referencial do Contrato
NDF			
Posição Ativa	4.644	4.644	281.473
Dólar	4.644	4.644	281.473
Passivo	(1.981)	(4.039)	(281.473)
Dólar	(1.981)	(4.039)	(281.473)
Diferencial Líquido	2.663	605	–
Swap			
Posição Ativa			
CDI	11	–	5.130
Passivo	(17)	(190)	(5.130)
CDI	(17)	(190)	(5.130)
Diferencial Líquido	(6)	(190)	–

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

				1º de janeiro de 2012
	Valor de Curva	Valor Justo		Valor Referencial do Contrato
Swap				
Posição Ativa				
CDI	-	40.131		39.900
Passivo				
Pré-Fixado	-	(40.184)		(40.034)
Diferencial Líquido				
	-	(53)		(134)
Opções				
Posição Ativa				
Dólar	745	278		4.370.000
Diferencial Líquido				
	745	278		4.370.000
	745	278		4.370.000
			31 de dezembro de 2013	
	Custo - Valor a Receber/(a Pagar)	Valor Justo	Total	Valor Referencial dos Contratos
Compra/Venda de NDF - a Receber/(Pagar)	2.663	(2.058)	605	281.473
Contratos de "Swap" a Receber/(Pagar)	(6)	(183)	(190)	5.130
Contratos de Mercado Futuro a Receber/(Pagar)	-	-	-	858.639
Total	2.656	(2.241)	415	1.145.242
				1º de janeiro de 2012
	Valor Referencial dos Contratos	Valor Justo	Total	Valor Referencial dos Contratos
Contratos de "Swap" a Receber/(Pagar)	-	(53)	(53)	39.900
Contratos de Mercado Futuro a Receber/(Pagar)	8.073.500	-	-	30.474.599
Total	8.073.500	(53)	(53)	30.514.499
b.2) Derivativos por Vencimento				31 de dezembro de 2013
			Até 6 Meses	Total
Operações NDF a Receber/(Pagar)			605	605
Operações "Swap" a Receber/(Pagar)			(190)	(190)
Total			415	415
				1º de janeiro de 2012
	Até 6 Meses	Acima de 12 Meses		Total
Operações "Swap" a Receber/(Pagar)	(17)	(36)		(53)
Total	(17)	(36)		(53)
				31 de dezembro de 2013
	Até 6 Meses	De 6 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Futuros Referencial				
DI	478.809	49.556	69.550	597.915
Dólar	260.724	-	-	260.724
Total	739.533	49.556	69.550	858.639
				1º de janeiro de 2012
	De 6 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Acima de 12 Meses
Futuros Referencial				
DI	77.500	7.996.000	8.073.500	30.474.599
Total	77.500	7.996.000	8.073.500	30.474.599

Os ajustes líquidos (a pagar) ou a receber referentes a contratos nos mercados futuros de boi gordo, milho, DI, dólar, cupom de dólar e índice de Ibovespa em D+1, no montante de R\$1.230 (2012 - (R\$641) e 1º de janeiro de 2012 - R\$6.514), foram registrados na rubrica de "Outros Ativos/Passivos Financeiros".

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos efetuados junto à BM&FBovespa, foram requeridas margens de garantia em títulos públicos, no montante de R\$41.517 (2012 - R\$148.519 e 1º de janeiro de 2012 - R\$1.021.846) representados por LTN e LFT. Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados, conforme o caso, na CETIP, e na BM&FBovespa.

b.3) Ganho/(Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	68.333	19.977
Rendas de Títulos de Renda Fixa	33.777	160.972
Rendas de Títulos de Renda Variável	64.565	6.035
Outros	165	-
Total de Títulos	166.840	186.984
NDF	2.640	-
"Swap"	1.357	52
Opções	(339)	(15)
Futuro	(29.811)	231.031
Total de Derivativos	(26.153)	231.068
Total de Ganho Líquido com Títulos e Derivativos	140.687	418.052

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

7. Empréstimos e Recebíveis e Perdas por Redução ao Valor Recuperável
a) Composição por Produto

	31 de dezembro	31 de dezembro	1º de janeiro
	de 2013	de 2012	de 2012
Empréstimos	517.630	202.282	439.302
Cédula de Produto Rural (CPR) ⁽¹⁾	166.250	103.785	-
Capital de Giro	308.566	95.080	249.744
Conta Corrente Garantida	41.793	1.935	3.267
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	1.021	1.430	181.763
Outros Ativos	-	52	4.528
Empréstimo Consignado ⁽²⁾	61.280	145.107	1.528.654
Financiamentos ⁽³⁾	187.841	20.302	59.819
Subtotal	766.751	367.691	2.027.775
Perdas por Redução ao Valor Recuperável	(41.128)	(47.556)	(183.631)
Total	725.623	320.135	1.844.144

⁽¹⁾ Representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente, o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

⁽²⁾ No exercício de 2012 o Banco efetuou cessão sem retenção de riscos e benefícios no valor de R\$1.063.712, tendo baixado parte considerável da carteira de consignados conforme nota 7.e.

⁽³⁾ Inclui título emitido por pessoas físicas e jurídicas para operação de financiamento à exportação, produção de bens para exportação, bem como às atividades de apoio e complementação da exportação, tem garantia real e é cedularmente constituída.

b) Concentração por Setor de Atividades

	Parcelas Vencidas a partir de 15 dias	Parcelas a Vencer até 12 Meses e Vencidas até 14 dias	Parcelas a Vencer Acima de 360 dias	31 de dezembro de 2013 Total
Setor Privado				
Comércio	-	407.166	168.987	576.153
Outros Serviços	4.200	60.160	21.464	85.824
Pessoas Físicas	8.733	62.033	34.008	104.774
Crédito Imobiliário	126	857	6.898	7.881
Crédito Consignado	8.497	27.865	24.918	61.280
Outros	110	33.311	2.192	35.613
Total	12.933	529.359	224.459	766.751

	Parcelas Vencidas a partir de 15 dias	Parcelas a Vencer até 12 Meses e Vencidas até 14 dias	Parcelas a Vencer Acima de 360 dias	31 de dezembro de 2012 Total
Setor Privado				
Indústria	-	6.462	6.250	12.712
Comércio	-	34.269	700	34.969
Outros Serviços	10	58.463	50.982	109.455
Pessoas Físicas	74.153	27.736	108.666	210.555
Crédito Consignado	51.166	18.961	74.980	145.107
Outros	22.987	8.775	33.686	65.448
Total	74.163	126.930	166.598	367.691

	Parcelas Vencidas a partir de 15 dias	Parcelas a Vencer até 12 Meses e Vencidas até 14 dias	Parcelas a Vencer Acima de 360 dias	1º de janeiro de 2012 Total
Setor Privado				
Indústria	3.451	29.023	23.618	56.092
Comércio	-	5.004	192	5.196
Outros Serviços	31.730	133.731	181.330	346.791
Pessoas Físicas	89.101	1.203.204	327.391	1.619.696
Crédito Consignado	84.573	1.193.551	269.391	1.547.515
Outros	4.528	9.653	58.000	72.181
Total	124.282	1.370.962	532.531	2.027.775

c) Concentração de Crédito

	Valor	% da Carteira	Provisões	% das Provisões
10 Maiores Devedores	362.290	47%	11.876	29%
50 Maiores Devedores Seguintes	336.403	44%	7.381	18%
100 Maiores Devedores Seguintes	9.441	1%	1.772	4%
Demais Devedores Seguintes	58.617	8%	20.099	49%
Total	766.751	100%	41.128	100%

	Valor	% da Carteira	Provisões	% das Provisões
10 Maiores Devedores	226.713	62%	4.609	10%
50 Maiores Devedores Seguintes	18.436	5%	21.392	45%
100 Maiores Devedores Seguintes	7.831	2%	3.578	8%
Demais Devedores Seguintes	114.711	31%	17.977	38%
Total	367.691	100%	47.556	100%

	Valor	% da Carteira	Provisões	% das Provisões
10 Maiores Devedores	389.161	19%	20.790	11%
50 Maiores Devedores Seguintes	81.928	4%	26.442	14%
100 Maiores Devedores Seguintes	10.718	1%	396	0%
Demais Devedores Seguintes	1.545.968	76%	136.003	74%
Total	2.027.775	100%	183.631	100%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

d) Movimentação da Provisão de Perdas por Redução ao Valor Recuperável - Empréstimos e Recebíveis

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Saldo Inicial	47.556	183.631
Constituições Líquida de Reversão	28.393	72.322
Baixa para Prejuízo	(34.821)	(208.397)
Saldo Final ⁽¹⁾	41.128	47.556
Créditos Recuperados	58.299	22.501

⁽¹⁾ Inclui provisão para cobrir as eventuais perdas dos avais e fianças honradas.

As bases provenientes das operações originadas no Banco Matone de crédito consignado podem não representar a melhor estimativa de perda histórica em 1º de janeiro de 2012, vale ressaltar que o Banco descontinuou estas operações cedendo esta carteira sem coobrigação durante o exercício de 2012. Os saldos de provisão para perdas em 31 de dezembro de 2013 e 2012, refletem a melhor estimativa da administração.

Os montantes provisionados de perda por redução ao valor recuperável referentes ao Consignado nos exercícios de 2013, 2012 e 1º de janeiro de 2012 são de R\$19.076, R\$46.036 e R\$129.998, respectivamente. No exercício de 2013 os créditos renegociados é de R\$42.587 e 2012 não houve créditos renegociados. O gerenciamento de risco de crédito está descrito na Nota 29.

e) Cessão de Ativos Financeiros
e.1) Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros sem Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

No exercício de 2013 o Banco realizou operações de venda ou de transferência de ativos sem retenção substancial de risco e benefício no montante de R\$25.441 (2012 - R\$1.210.301 e 1º de janeiro de 2012 R\$132.827).

e.2) Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

No exercício de 2013 e 2012 o Banco não efetuou venda ou transferência de ativos com retenção substancial de riscos, em 1º de janeiro de 2012 o montante do ativo vendido com retenção substancial de riscos e benefícios foram incorporados aos empréstimos e recebíveis em contrapartida de um reconhecimento de um passivo, de acordo com o IAS 39 - Instrumentos Financeiros.

O efeito dessa mudança foi um reconhecimento de um ativo e um passivo no balanço de abertura, 1º de janeiro de 2012, e um estorno (débito) em lucros acumulados na data de transição. Detalhes sobre os valores contabilizados foram demonstrados na Nota Explicativa 29.

f) Receita com Juros e Similares

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	-	2
Rendas de Empréstimos	73.512	253.056
Rendas de Financiamentos	15.539	5.634
Resultado com Operações de Câmbio	66	-
Total	89.117	258.692

8. Ativos e Passivos Fiscais Diferidos
a) Créditos Tributários
Créditos Fiscais Diferidos

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Saldo Inicial	168.779	349.454
Constituições	32.566	57.911
Reversões	(24.158)	(238.586)
Saldo Final	177.187	168.779

Débitos Fiscais Diferidos

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Saldo Inicial	11.184	124.857
Constituições	62.051	42.993
Reversões	(55.536)	(156.666)
Saldo Final	17.699	11.184

a.1) Ativo Fiscal Diferido

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados pelo líquido nas rubricas "Ativos Fiscais".

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012
Prejuízo Fiscal	259.010	261.285	302.603
Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%	64.753	65.321	75.651
Base Negativa de Contribuição Social	258.718	260.078	299.918
Crédito de CSLL sobre Base Negativa - 15%	38.808	39.012	44.988
Perda por Redução ao Valor Recuperável	41.128	47.556	221.289
Provisão para Ações Trabalhistas	20.105	2.756	4.259
Provisão para Contingências Cíveis	23.532	42.621	-
Provisão para Despesas Administrativas	25.363	673	527
Provisão PLR - Administradores	13.939	9.587	-
Provisão para Perda no Valor Recuperável dos Bens não de Uso	15.488	15.488	15.487
Ajustes Futuro - DI e DDI	-	8.079	190.375
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	-	(376)	-
Perdas em Empréstimos e Repasses	18.942	24.158	-
Ajustes 1º adoção IFRS	34.981	9.059	140.716
Outras Diferenças Temporárias	(699)	6.567	(636)
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	178.840	156.581	572.017
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	192.779	166.168	572.077
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	44.710	39.145	143.004
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 15%	28.917	24.925	85.812
Ajustes Futuro - DI e DDI	-	8.079	-
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e Cofins	-	8.079	-
Alíquota de PIS/Cofins	4,65%	4,65%	4,65%
Total do Crédito de PIS e Cofins Diferidos	-	376	-
Total do Ativo Fiscal Diferido	177.187	168.779	349.454

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

a.2) Passivo Fiscal Diferido

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	34.310	7.727	3.492
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	881	11.742	44.818
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação - 4,65%	(1.636)	(905)	(2.084)
Varição Cambial	-	7.134	256.361
Ajustes Futuro - DI e DDI	6.171	-	(3.209)
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(287)	-	(468)
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	<u>39.439</u>	<u>25.698</u>	<u>298.910</u>
Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	<u>9.860</u>	<u>6.424</u>	<u>74.727</u>
Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 15%	<u>5.916</u>	<u>3.855</u>	<u>44.836</u>
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	34.310	7.727	3.025
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	881	11.742	44.818
Ajustes Futuro - DI e DDI	6.171	-	65.986
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e Cofins	<u>41.362</u>	<u>19.469</u>	<u>113.829</u>
Alíquota de PIS/Cofins	4,65%	4,65%	4,65%
Total do Débito de PIS e Cofins Diferidos	<u>1.923</u>	<u>905</u>	<u>5.293</u>
Total do Passivo Fiscal Diferido	<u>17.699</u>	<u>11.184</u>	<u>124.857</u>
Ativo/Passivo Fiscal Diferido	<u>159.488</u>	<u>157.595</u>	<u>224.597</u>

a.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido

Ano	31 de dezembro de 2013			31 de dezembro de 2012		
	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos
2013	-	-	-	49.170	11.184	37.986
2014	52.614	17.699	34.915	12.480	-	12.480
2015	27.029	-	27.029	6.725	-	6.725
2016	17.745	-	17.745	55.361	-	55.361
2017	26.198	-	26.198	45.043	-	45.043
2018	43.651	-	43.651	-	-	-
Após 2019	9.949	-	9.949	-	-	-
Total	<u>177.187</u>	<u>17.699</u>	<u>159.488</u>	<u>168.779</u>	<u>11.184</u>	<u>157.595</u>

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

b) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários, líquido do passivo fiscal diferido é de R\$121.281 (2012 - R\$138.663), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL, Contribuição Social 18% - MP nº 2.158/2001 e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

9. Outros Ativos Financeiros

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012
Rendas a Receber	68	78	-
Negociação e Intermediação de Valores	1.569	58	7.049
Depósitos em Garantia de Passivos Contingentes ⁽¹⁾ (Nota 15.a.1 e a.2)	7.768	5.669	5.365
Total	<u>9.405</u>	<u>5.805</u>	<u>12.414</u>

⁽¹⁾ O Banco possui apenas uma ação ativa de natureza tributária e ações trabalhistas e cíveis, para as quais foram efetuados depósitos judiciais.

10. Ativo Imobilizado

O Banco não identificou perda ao valor recuperável dos ativos tangíveis, as movimentações de aquisições e alienações estão divulgadas na Demonstração de Fluxo de Caixa.

Outros Ativos Tangíveis	31 de dezembro de 2013			31 de dezembro de 2012
	Taxas	Custo	Depreciação	Residual
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	10%	3.917	(889)	3.028
Sistemas de Processamento de Dados	20%	10.992	(7.347)	3.645
Sistemas de Segurança e Comunicações	10%	926	(393)	533
Outros	10%	553	(467)	86
Total		<u>16.388</u>	<u>(9.096)</u>	<u>7.292</u>
				31 de dezembro de 2012
	Taxas	Custo	Depreciação	Residual
Outros Ativos Tangíveis				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	10%	1.697	(748)	949
Sistemas de Processamento de Dados	20%	9.850	(6.003)	3.847
Sistemas de Segurança e Comunicações	10%	873	(303)	570
Outros	10%	769	(625)	144
Total		<u>13.189</u>	<u>(7.679)</u>	<u>5.510</u>
				1º de janeiro de 2012
	Taxas	Custo	Depreciação	Residual
Outros Ativos Tangíveis				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	10%	4.290	(1.126)	3.164
Sistemas de Processamento de Dados	20%	8.165	(4.699)	3.466
Sistemas de Segurança e Comunicações	10%	1.155	(341)	814
Benefitorias em Imóveis de Terceiros	10%	327	(44)	283
Outros	10%	773	(550)	223
Total		<u>14.710</u>	<u>(6.760)</u>	<u>7.950</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

11. Ativo Intangível

O Banco não identificou perda ao valor recuperável dos ativos intangíveis, as movimentações de aplicações e alienações estão divulgadas na Demonstração de Fluxo de Caixa.

	31 de dezembro de 2013		31 de dezembro de 2012	
	<u>Custo</u> ⁽¹⁾	<u>Líquido</u>	<u>Custo</u>	<u>Líquido</u>
Folha de Pagamento	12.088	12.088		
Gastos com Desenvolvimento e Manutenção	5.581	5.581		
Gastos com Consultoria	2.411	2.411		
Total	20.080	20.080		
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>
Gastos com Desenvolvimento e Manutenção	1.067	(958)	1.067	(958)
Gastos de Organização e Expansão	160	(149)	160	(149)
Total	1.227	(1.107)	1.227	(1.107)
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>
Gastos com Desenvolvimento e Manutenção	2.620	(1.831)	2.620	(1.831)
Gastos de Organização e Expansão	160	(117)	160	(117)
Total	2.780	(1.948)	2.780	(1.948)

⁽¹⁾ Não foram iniciadas as amortizações dos custos de 31 de dezembro de 2013.

12. Outros Ativos

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012
Correspondentes no País	1.207	91	-
Outros Valores e Bens	21.564	25.642	3.347
Despesas Antecipadas	3.391	2.347	19.419
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	111.777	1.251	16.925
Adiantamentos Salariais/Outros	476	330	9.671
Devedores Diversos no Exterior	-	-	87.129
Devedores Diversos no País	4.297	4.392	21.258
Outros	604	100.971	120
Total	143.316	135.024	157.869

13. Passivos Financeiros ao Custo Amortizado
a) Depósitos

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31 de dezembro de 2013
Depósitos à Vista	7.452	-	-	-	7.452
Depósitos Interfinanceiros	-	36.642	-	-	36.642
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE ⁽¹⁾	-	36.722	44.831	157.315	238.868
Total	7.452	73.364	44.831	157.315	282.962
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31 de dezembro de 2012
Depósitos à Vista	1.154	-	-	-	1.154
Depósitos Interfinanceiros	-	36.459	-	-	36.459
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE ⁽¹⁾	-	46.897	166.067	158.812	371.776
Total	1.154	83.356	166.067	158.812	409.389
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	1º de janeiro de 2012
Depósitos à Vista	957	-	-	-	957
Depósitos Interfinanceiros	-	150.020	-	36.417	186.437
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE ⁽¹⁾	-	72.627	285.170	376.014	733.811
Total	957	222.647	285.170	412.431	921.205

⁽¹⁾ Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE).

O Banco realiza operações com Certificado de Depósito Bancário (CDB), com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 100% e 115% do CDI (2012 - 100% e 115% e 1º de janeiro de 2012 - 90% e 100%); e para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 7,83% a.a. e 10,50% a.a. (2012 - 5,30% a.a. e 13,75% a.a. e 1º de janeiro de 2012 - 8,10% a.a. e 10,61% a.a.). Para operações de CDI, com taxas pós-fixadas praticadas de 100% do CDI (2012 - 100%); e para DPGE com taxas pós-fixadas praticadas entre 113% e 120% do CDI (2012 - 113% e 123%), ou 100% do IGPM + 9% a.a. (2012 - 100% + 9% a.a. e 1º de janeiro de 2012 - 100% + 9% a.a. + IPCA 7,8% a.a.).

b) Captações no Mercado Aberto

	De 3 a 12 Meses	31 de dezembro de 2013	De 3 a 12 Meses	1º de janeiro de 2012
Carteira Própria	78.829	78.829	315.108	315.108
Títulos Públicos ⁽¹⁾	78.829	78.829	315.108	315.108
Total	78.829	78.829	315.108	315.108

⁽¹⁾ Refere-se a LTN.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

c) Recursos de Mercados Interbancários

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31 de dezembro de 2013 Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	32.923	22.415	2.244	57.582
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	32.923	22.415	2.244	57.582
Obrigações por Repasses - Funcafé	6.982	14.782	3.446	25.210
Funcafé - FAC	8	1.750	-	1.758
Funcafé - Custeio	5.716	3.001	-	8.717
Funcafé - Estocagem	-	4.003	-	4.003
Funcafé - Capital de Giro	1.258	6.028	3.446	10.732
Total	39.905	37.197	5.690	82.792
				31 de dezembro de 2012
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	2.978	2.009	-	4.987
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	2.978	2.009	-	4.987
Obrigações por Repasses - Funcafé	-	8.122	1.017	9.139
Funcafé - FAC	-	3.078	-	3.078
Funcafé - Custeio	-	2.012	-	2.012
Funcafé - Estocagem	-	3.032	-	3.032
Funcafé - Capital de Giro	-	-	1.017	1.017
Total	2.978	10.131	1.017	14.126
				1º de janeiro de 2012
		De 3 a 12 Meses	Total	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares			50.091	50.091
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA			50.091	50.091
Total			50.091	50.091

O Banco realiza operações com LCA, com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 80% e 102% do CDI (2012 - 90% e 100% e 1º de janeiro de 2012 - 100%). Para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 7,38% a.a. e 9,85% (2012 - 6,10% a.a. e 7,26% a.a.).

As taxas e prazos estão em conformidade com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

d) Despesa com Juros e Similares

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Depósitos a Prazo	28.533	37.276
Depósitos Interfinanceiros	2.815	4.862
Captação no Mercado Aberto ⁽¹⁾	8.071	15.892
Empréstimos e Repasses	428	198
Total	39.847	58.228

⁽¹⁾ Inclui, principalmente, despesas com recursos de mercados e emissão de títulos.

14. Outros Passivos Financeiros

Refere-se, basicamente, a Negociação e Intermediação de Valores relativo a Operações com Ativos Financeiros de R\$339 (2012 - R\$699 e 1º de janeiro de 2012 - R\$535).

15. Provisões

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012
Provisão para Ações Trabalhistas (Nota 15.a.1.1)	20.105	2.802	4.259
Provisão para Ações Cíveis (Nota 15.a.2.1)	26.033	42.621	-
Total	46.138	45.423	4.259

a) Provisões e Passivos Contingentes
a.1) Provisão para Processos Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos.

Em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 1º de janeiro de 2012 o Banco possuía ações trabalhistas com probabilidade de saída de recursos prováveis, para os quais foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$3.423 (2012 - R\$3.205 e 1º de janeiro de 2012 - R\$3.706).

a.1.1) Movimentação das Provisões para Processos Trabalhistas

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Saldo Inicial	2.802	4.259
Constituição Líquida de Reversão	17.349	489
Baixas	(46)	(1.946)
Saldo Final	20.105	2.802

Até novembro de 2013 a provisão para ações trabalhistas foi contabilizada com o valor das ações com perspectiva de perda provável, conforme prognóstico dos advogados.

A partir de dezembro de 2013, além da análise do prognóstico de perda dos advogados foi incorporada a análise de estimativa de perda histórica das ações trabalhistas. Em virtude do aprimoramento da metodologia de apuração, o efeito do ajuste foi reconhecido no resultado.

Do montante constituído a entidade executou um registro de provisão para obrigações decorrentes da alienação da Promotora, no valor de R\$5.823. Esta provisão visa cobrir riscos trabalhistas assumidos pelo Banco no ato da alienação.

a.2) Provisão para Processos Cíveis

Estas ações são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários; (2) ações decorrentes de contratos de financiamento; (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos.

Em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 1º de janeiro de 2012 o Banco possuía ações cíveis com saída de recursos prováveis, para os quais foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$2.946 (2012 - R\$1.063 e 1º de janeiro de 2012 - R\$260).

a.2.1) Movimentação das Provisões para Processos Cíveis

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Saldo Inicial	42.621	-
Constituição Líquida de Reversão	(16.588)	42.621
Saldo Final	26.033	42.621

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Em 2012 a provisão era contabilizada a partir de aplicação de percentual efetivo de perda médio sob o montante total das causas cíveis informadas pelos advogados.

Em 2013 ocorreu uma mudança de estimativa com aprimoramento da metodologia, onde o Banco passou a contabilizar provisão para as ações prováveis, conforme prognóstico dos advogados, o efeito do ajuste foi reconhecido no resultado.

Do montante constituído a entidade executou um registro de provisão para obrigações decorrentes da alienação da Promotora, no valor de R\$3.200. Esta provisão visa cobrir riscos cíveis assumidos pelo Banco no ato da alienação.

a.3) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos de natureza trabalhista ou cível classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente. Em 2013 o Banco possui o seguinte montante, e 2012 não possuía nenhum passivo contingente classificado como possível.

	31 de dezembro de 2013
Processos Trabalhistas	962
Processos Cíveis	33.813
Total	34.775

16. Obrigações Fiscais

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012
Impostos e Contribuições a Recolher			
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	192	327	525
Impostos e Contribuições sobre Salários	3.768	524	481
Outros	5.779	15.038	1.979
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros			
Provisão para Imposto de Renda	1.142	23.430	489
Provisão para Contribuição Social	443	13.942	272
Total	11.324	53.261	3.746

17. Outros Passivos

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012
Obrigações Assumidas dos Créditos Cedidos com Coobrigação	-	2.646	1.188.078
Ordens de Pagamento em Moeda Estrangeira	20.773	-	-
Dividendos e Bonificações a Pagar	10.000	80.793	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar			
Despesas de Pessoal	46.166	12.735	2.647
Outras Despesas Administrativas	215	27	939
Outros Pagamentos	5.012	5.606	-
Consignados	1.973	2.383	-
Fornecedores	-	239	619
Recebimentos a Ressarcir Demais Convênios ⁽¹⁾	11.080	9.359	20.295
Contas a Pagar de Uso, Consumo e Prestação de Serviços	1.167	2.772	1.269
Cessões de Crédito a Liquidar ⁽²⁾	14.741	30.628	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	1.043	366	1.903
Rendas Antecipadas	950	-	-
Outras	3.233	1.596	5.305
Total	116.353	149.150	1.221.055

⁽¹⁾ Valores a pagar para correspondentes bancários.

⁽²⁾ Refere-se a parcelas de operações de crédito recebidas antecipadamente, relativas a operações de crédito cedidas a outras instituições financeiras (sem coobrigação) e a Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (sem coobrigação), a serem repassadas para essas instituições nas respectivas datas estabelecidas nos contratos de cessão.

18. Patrimônio Líquido
a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social de R\$2.080.301 (2012 e 1º de janeiro de 2012 - R\$1.997.408) de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

	Ordinárias	Preferenciais	31 de dezembro de 2013 Total
De Domiciliados no País	518.913.037	18.913.036	537.826.073
Total	518.913.037	18.913.036	537.826.073
			31 de dezembro de 2012
	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	518.913.037	18.913.036	537.826.073
Total	518.913.037	18.913.036	537.826.073
			1º de janeiro de 2012
	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	518.913.037	18.913.036	537.826.073
Total	518.913.037	18.913.036	537.826.073

Conforme AGE realizada em 31 de dezembro de 2013 foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$12.100, mediante a capitalização do JCP, passando a R\$2.080.301, sem a emissão de novas ações. Homologado em 27 de fevereiro de 2014 pelo Bacen.

b) Outros Resultados Abrangentes

Em 31 de dezembro de 2013 o valor do ajuste relativo aos títulos públicos representados por NTN e a variação cambial de outros investimentos são de (R\$1.224) e R\$25.974, respectivamente, em 2012 a variação cambial foi de R\$9.059.

c) JCP e Dividendos

Em 31 de dezembro de 2013 conforme AGE, o Banco provisionou JCP dos acionistas, no montante de R\$26.000, o qual após retenção de imposto de renda na fonte, à alíquota de 15%, na forma da legislação em vigor, resulta no montante líquido de R\$22.100 (2012 - R\$95.050 - líquido de imposto R\$80.792). Sendo que deste valor, o montante líquido de R\$10.000 (2012 - R\$10.000) foi pago ao acionista, e o montante líquido de R\$12.100 (2012 - R\$70.793 - homologado pelo Bacen em 22 de abril de 2013) foi capitalizado na Companhia, cuja capitalização, foi homologada pelo Bacen em 27 de fevereiro de 2014. O benefício fiscal reconhecido no resultado decorrente desses juros foi de R\$10.267 (2012 - R\$38.020).

19. Limites Operacionais

A partir de outubro de 2013, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar seguindo as diretrizes de Basileia III. Segundo estas novas regras as instituições financeiras devem manter requerimentos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II compatíveis com os níveis de risco de suas atividades, de forma a manter a relação Patrimônio de Referência (PR) e o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) superior a 11%. Este índice deve ser calculado de forma consolidada.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o Conglomerado Financeiro Original (composto pelo Banco Original S.A. e o Banco Original do Agronegócio S.A.), encontra-se enquadrado nos limites de capital e patrimônio compatível com o risco da estrutura dos ativos, conforme normas e instruções estabelecidas pela Resolução nº 4.193/2013 e legislação complementar.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012
Patrimônio de Referência Nível I	2.035.360	1.922.900	1.886.304
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	2.035.360	1.922.900	1.886.304
RWA (Patrimônio de Referência Exigido) ⁽¹⁾	2.731.814	483.233	757.307
RWA _{CPAD} (Parcela de Risco de Crédito)	1.994.580	193.479	350.269
RWA _{MPAD} (Parcelas de Risco de Mercado)	167.806	224.849	380.553
RWA _{OPAD} (Parcela de Risco Operacional)	569.428	64.905	26.485
Índice de Basileia III e II	74,5	43,8	27,4

⁽¹⁾ Para comparação entre a regra antiga e nova deve-se multiplicar as parcelas de RWA por 11%.

O Banco, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requerimentos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.bancooriginal.com.br.
 As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o Banco encontra-se enquadrado no referido índice.

20. Partes Relacionadas
a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração
a.1) Remuneração dos Administradores

Até a data de 31 de dezembro de 2013, o valor de remuneração fixa e variável dos Administradores (Conselho e Diretoria) totalizou o valor de R\$35.268 (2012 - R\$9.598).

a.2) Benefícios Pós-Emprego

O Banco não possui programas de remuneração de pós-emprego para Diretoria ou Colaboradores.

b) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 1º de janeiro de 2012:

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferências		31 de dezembro de 2013	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	Total (%)
J&F Participações Ltda. (J&F) ⁽¹⁾	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%
Total	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%

⁽¹⁾ É uma empresa de investimentos (Holding).

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferências		31 de dezembro de 2012	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	Total (%)
J&F	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%
Total	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferências		1º de janeiro de 2012	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	Total (%)
J&F	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%
Total	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas abaixo relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, e em condições de comutatividade. Em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 1º de janeiro de 2012, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)			Receitas (Despesas)	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Aplicações em Operações Compromissadas	51.788	2.000	-	7.741	315
Banco Original do Agronegócio S.A. ⁽¹⁾	51.788	2.000	-	7.741	315
Instrumentos Financeiros Derivativos	134.584	250.396	-	33.949	-
Vigor Alimentos S.A.	29.543	230.398	-	165	-
JBS S.A. (JBS)	105.041	19.998	-	33.784	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	40.834	835	24.532	-	835
Promotora ⁽²⁾	39.999	-	-	-	-
J&F ⁽³⁾	835	835	835	-	835
Bem-Vindo! Promotora de Vendas e Serviços S.A.	-	-	23.697	-	-
Depósito à Vista	(7.002)	(150.525)	(270.073)	(173)	(2.987)
JBS	(1)	(279)	(275)	-	-
J&F	(78)	(8)	-	-	-
J&F Investimentos S.A.	(7)	-	-	-	-
Bem-Vindo! Promotora de Vendas e Serviços S.A.	-	-	(22)	-	-
Banco Original do Agronegócio S.A.	-	(150.238)	(150.020)	-	(2.987)
Vigor Alimentos S.A.	-	-	(119.756)	-	-
Promotora	(6.916)	-	-	(173)	-
Captações no Mercado Aberto	-	-	(315.108)	-	-
Banco Original do Agronegócio S.A.	-	-	(315.108)	-	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	-	(50.091)	-	-
Vigor Alimentos S.A.	-	-	(50.091)	-	-
JCP a Pagar	(26.000)	(95.050)	-	-	-
J&F	(26.000)	(95.050)	-	-	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(1.043)	-	(1.902)	178	-
Banco Original do Agronegócio S.A.	(894)	-	-	-	-
J&F	(149)	-	-	178	-
Bem-Vindo! Promotora de Vendas e Serviços S.A.	-	-	(1.902)	-	-
Outros Passivos	(648)	-	-	-	-
J&F	(648)	-	-	-	-

⁽¹⁾ Controlado pela J&F;

⁽²⁾ Refere-se a descapitalização no valor de R\$19.999 e dividendos a receber no mesmo valor; e

⁽³⁾ Controlador.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

21. Receitas de Prestação de Serviços

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Rendas de Garantias Prestadas	-	67
Operações de Crédito	87	-
Cobrança e Arrecadações	936	-
Serviços de Corretagem, Custódia e Colocação de Títulos	1.734	-
Outras	71	117
Total	2.828	184

22. Outras Despesas

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Atualização de Depósitos Judiciais	-	22
Atualização de Impostos a Compensar	294	199
Recuperação de Encargos e Despesas	4.085	971
Provisões/Reversões Operacionais		
Trabalhistas e Cíveis	(761)	(43.110)
Outras	(960)	2.532
Despesas com Operações de Crédito	(5.703)	(6.413)
Perdas em Renegociações de Dívidas	-	(7.336)
Resultado na Alienação de Investimentos	-	740
Lucro na Alienação de Valores e Bens	53	-
Ganho de Capital	437	391
Juros Recebidos	92	107
Variação Monetária Passiva	(10.652)	-
Outras Despesas não Operacionais	(93)	(2.242)
Outras	2.129	(1.378)
Total	(11.079)	(55.517)

23. Despesas Gerais e Administrativas
a) Despesa de Pessoal

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Remuneração	(49.290)	(9.743)
Encargos	(15.634)	(3.224)
Benefícios	(6.061)	(2.779)
Participação no Lucro	(34.832)	(11.662)
Outras	(32)	(18)
Total	(105.849)	(27.426)

b) Despesa Administrativa

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(25.626)	(51.914)
Depreciações e Amortizações	(1.813)	(2.067)
Propaganda e Publicidade ⁽¹⁾	(2.503)	(2.169)
Comunicações	(858)	(2.968)
Processamento de Dados	(4.285)	(7.638)
Aluguéis	(7.320)	(6.620)
Transportes e Viagens	(1.234)	(1.212)
Serviços de Vigilância e Segurança	(1)	(22)
Manutenção e Conservação de Bens	(353)	(807)
Serviços do Sistema Financeiro ⁽²⁾	(9.120)	(26.126)
Água, Energia e Gás	(68)	(183)
Material	(114)	(115)
Outras	(5.477)	(16.627)
Total	(58.772)	(118.468)

⁽¹⁾ Inclui Publicações das Demonstrações Financeiras.

⁽²⁾ Refere-se principalmente a despesas com comissões e bônus a correspondentes bancários.

24. Despesas Tributárias

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Despesa com Cofins	(9.366)	(25.338)
Despesa com ISS	(388)	(822)
Despesa com PIS/Pasep	(1.543)	(4.184)
Outras	(584)	(740)
Total	(11.881)	(31.084)

25. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os valores diferidos foram calculados sobre as perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social estão apresentados, de forma líquida, no Balanço Patrimonial na rubrica de "Ativos Fiscais" e conforme demonstrado na Nota 8.

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Deduzido das Participações no Resultado	55.866	232.426
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	-	3.904
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	(80.992)	33.893
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	(11.526)	37.156
Base de cálculo - CSLL	(25.126)	270.223
Base de cálculo - IRPJ	44.340	273.486
CSLL - 15%	3.769	(40.533)
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	(11.086)	(68.373)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.317)	(108.906)
IRPJ e CSLL exercícios anteriores	(126)	(232)
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	(7.443)	(109.138)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

26. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Banco pauta sua atuação, no gerenciamento de riscos, nas orientações e princípios estabelecidos pelo Comitê de Basileia, que dissemina padrões mínimos a serem observados nos processos de gerenciamento de riscos e do estabelecimento das necessidades de capital das instituições financeiras.

O Banco adota um gerenciamento integrado de riscos, através da qual são avaliados, de forma consolidada, os impactos potenciais nas necessidades mínimas de capital e na capacidade financeira da instituição.

O Banco preza por uma estrutura organizacional e de processos que permitem um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades.

A governança corporativa do Banco conta com comitês e fóruns colegiados, especializados e com agenda periódica, para a gestão e supervisão das atividades que envolvem o gerenciamento de riscos. As decisões relevantes contam com formalização, para permitir seu monitoramento e a avaliação da efetividade de sua implementação.

As aprovações e revisões das diretrizes de gestão de riscos e de capital bem como os limites de riscos são definidos por comitê composto pelo corpo diretivo e técnico da instituição. O comitê de diretoria é a autoridade nas decisões relacionadas à deliberação, coordenação, avaliação e delegação sobre a alocação de capital e apetite a risco da alta administração do Banco.

Outro pilar da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle. Os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de um novo produto, e a independência de informação destas mesmas áreas com o processo operacionalizado. Esta independência de informações busca garantir um fluxo de controle menos sensível ao risco operacional e evita situações em que possam existir conflitos de interesses.

Os normativos internos para a gestão de riscos são divulgados para o quadro de colaboradores e publicados em ambiente eletrônico.

Seguem as definições para os riscos de mercado, crédito, liquidez e operacional:

Risco de Mercado: a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, inclusive as perdas decorrentes do tamanho da posição detida frente à liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de Crédito: a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Risco de Liquidez: a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco Operacional: a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O documento que detalha as práticas de gerenciamento e de controle de riscos pode ser visualizado no site www.bancooriginal.com.br na seção O Original/Demonstrações Financeiras/Relatório de Gestão de Riscos - Circular nº 3.477.

a) Risco de Mercado

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira da instituição. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Banco tem como base a Resolução nº 3.464/2007 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

O Banco gerencia o risco de mercado da carteira de negociação ("trading") através de metodologias baseadas em potenciais de perda decorrentes de variações nos insumos de mercado que influem na carteira. Estas metodologias de mensuração e controle são: (a) o VaR ("Value at Risk") Paramétrico, com nível de confiança de 99,9% e horizonte de tempo ("holding period") variável, estipulado de acordo com o prazo de liquidação/imunização da carteira; (b) os Testes de Estresse; (c) e o "Stop Loss".

Adicionalmente, também são monitoradas e controladas as sensibilidades às oscilações paralelas nos fatores de risco que compõem o portfólio.

O gerenciamento do risco de mercado das posições classificadas na carteira de não negociação ("banking") é realizado através da apuração do risco, monitoramento contínuo da exposição e reporte dos resultados. Seguindo as recomendações do Comitê de Basileia, quantifica-se a sensibilidade do portfólio às mudanças na Estrutura a Termo de Taxa de Juros. Este cálculo consiste em verificar choques das curvas de juros considerando variações nas taxas no intervalo de um ano ("holding period"), e uma janela móvel de observação de cinco anos. O resultado é o efeito do percentil de 1% e 99% no valor de mercado do portfólio, considerando os ativos e passivos. Os resultados são reportados tanto à Diretoria quanto ao órgão regulador, por meio da parcela RBAN.

As tabelas a seguir demonstram o histórico de risco de mercado para as carteiras "trading" e "banking".

Para a carteira "trading", o monitoramento é realizado pela medida de "VaR" enquanto que, para a carteira "banking" a métrica consiste na análise de sensibilidade da carteira ao deslocamento da Estrutura a Termo da Taxa de Juros:

Carteira "Trading"	"Value at Risk"			
	31 de dezembro de 2013		31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012
	Média	Fechamento	Fechamento	Fechamento
Fator de Risco				
Pré-Fixado	666	-	7.888	75.445
Boi Gordo	658	-	-	-
Milho	102	-	-	-
Moedas Estrangeiras	922	-	-	-
Índice Bovespa	28	-	-	-
Ações	381	23.292	19.670	63.877
Exposição com Correlação	2.716	23.292	22.288	90.098

Carteira "Banking"	Análise de Sensibilidade			
	31 de dezembro de 2013		31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012
	Média	Fechamento	Fechamento	Fechamento
Fator de Risco				
Risco de Taxa de Juros	19.808	25.440	8.823	3.100

A composição do valor de marcação a mercado da carteira dos ativos e passivos sujeitos ao risco de taxa de juros pode ser observada abaixo:

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31 de dezembro de 2013 Total
Ativos Financeiros				
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Bacen	1.066	-	-	1.066
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	-	529.429	46.953	576.382
Empréstimos e Recebíveis	71.592	112.142	148.174	331.908
Outros	-	205	-	205
Passivos Financeiros				
Depósitos de Clientes	(6.102)	(1.381)	(195)	(7.678)
Empréstimos e Repasses	-	(1.042)	-	(1.042)
Gap (ativos-passivos)	66.556	639.353	194.932	900.841
Derivativos	3.053	(528.644)	(69.578)	(595.169)
Total com Derivativos	69.609	110.709	125.354	305.672

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

				31 de dezembro de 2012
	Até	De 3 a	Acima de	
	3 Meses	12 Meses	12 Meses	Total
Ativos Financeiros				
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Bacen	4.147	-	-	4.147
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	-	75.127	433.015	508.142
Empréstimos e Recebíveis	16.350	124.240	243.547	384.137
Outros	-	117	-	117
Passivos Financeiros				
Depósitos de Entidades Financeiras	(8.841)	(6.304)	-	(15.145)
Depósitos de Clientes	(4.000)	(4.138)	(186)	(8.324)
Empréstimos e Repasses	-	(6.830)	(987)	(7.817)
Gap (ativos-passivos)	7.656	182.212	675.389	865.257
Derivativos	-	-	6.565.801	6.565.801
Total com Derivativos	7.656	182.212	7.241.190	7.431.058

				1º de dezembro de 2012
	Até	De 3 a	Acima de	
	3 Meses	12 Meses	12 Meses	Total
Ativos Financeiros				
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Bacen	4.210	-	-	4.210
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	-	-	1.287.924	1.287.924
Empréstimos e Recebíveis	159.209	553.075	1.409.997	2.122.281
Outros	-	80	-	80
Passivos Financeiros				
Depósitos de Entidades Financeiras	-	(10.743)	(17.019)	(27.762)
Depósitos de Clientes	(16.725)	(16.694)	(634)	(34.053)
Passivos de Cessão de Créditos com Retenção de Riscos	(128.225)	(363.835)	(945.545)	(1.437.605)
Gap (ativos-passivos)	18.469	161.883	1.734.723	1.915.075
Derivativos	(8)	(4)	11.329.337	11.329.325
Total com Derivativos	18.461	161.879	13.064.060	13.244.400

O risco de variação cambial segregado nas diferentes moedas em que o portfólio do Banco está sujeito pode ser observado nas tabelas abaixo:

	31 de dezembro de 2013	
	Dólar	Euro
Ativos Financeiros		
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Bacen	117	3
Empréstimos e Recebíveis	112.178	-
Gap (ativos-passivos)	112.295	3
Derivativos	(116.027)	-
Total com Derivativos	(3.732)	3

b) Risco de Crédito

O Banco, em linha com as melhores práticas de mercado e as recomendações do Regulador, optou em 2013 pela constituição de uma equipe independente para exercer o controle do Risco de Crédito, resguardando-se de potenciais conflitos de interesse durante a execução destas atividades.

Dentre suas principais responsabilidades, o Risco de Crédito zela pela definição e responsabilização dos diversos agentes envolvidos no ciclo de crédito, a formalização dos procedimentos e alçadas, a avaliação e aprovação de práticas, metodologias e critérios de concessão que impliquem individualmente ou de forma conjunta na exposição ao risco de crédito por parte da Instituição.

Igualmente importante, são suas ações de monitoramento do portfólio de crédito, avaliando indicadores de inadimplência, concentração de risco, e estimativa de perda no cenário corrente e em estresse. Estas medidas possibilitam a averiguação da suficiência das provisões e reservas constituídas frente à exposição de risco da Instituição, suportando, consequentemente, os eventuais ajustes necessários.

Sob esta óptica, considera-se risco de crédito como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração da capacidade de pagamentos das obrigações creditícias das contrapartes do Banco, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito, de alterações da conjuntura comercial ou inversões de cenários macroeconômicos.

No caso particular onde o cliente é a contraparte do Banco para uma operação de derivativos, contratos com exposição cambial ou indexados, a abordagem utilizada é denominada Risco de Crédito Potencial (RCP), pois as perdas estão associadas às flutuações de mercado.

Dada as características de seu portfólio, o Banco opta pela análise individual do risco de crédito de suas contrapartes, tendo por informação os demonstrativos financeiros, as restrições cadastrais, a exposição de crédito por finalidade, aspectos da cadeia produtiva e cenários comerciais, avaliados contra os padrões de mercado, o apetite de risco da Instituição e a experiência pregressa dos executivos de crédito. Desta análise resulta a estimativa do risco de crédito associado à contraparte, medida que direcionará futuras concessões de crédito, nível mínimo de provisionamento, exigência de garantias adicionais e a negociação das condições comerciais dos contratos de empréstimo.

b.1) Exposição Máxima ao Risco de Crédito

A tabela abaixo demonstra os valores das exposições totais ao risco de crédito utilizado para a alocação de capital, independentemente da ponderação utilizada nas normas legais e mitigação de risco por garantias colaterais aos empréstimos, considerando inclusive as contrapartes centrais:

	Exposição ao Risco de Crédito		
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012
Exposição Total	3.324.127	2.414.443	4.761.125
Empréstimos e Recebíveis			

	Exposição ao Risco de Crédito por Ativo Financeiro		
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012
Instrumentos de Dívida e Patrimoniais	102.030	10.551	5.064
Derivativos	4.644	-	278
Empréstimos e Recebíveis	725.623	320.083	1.844.144
Garantias Prestadas	68.320	22.521	12.522
Total	900.617	353.155	1.862.008

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

BNDU - Imóveis
Garantias Recebidas

Garantia para Notas Promissórias	
Garantia para CDB's	
Alienação Fiduciária	
Hipoteca - Primeiro Grau	
Avais, Fianças e Outras Garantias	
Recebíveis	
Penhor	
Total	

 Créditos não Vencidos (sem *Impairment*)

Créditos Vencidos sem evento de Perda

Créditos Vencidos com evento de Perda

Total de Empréstimos e Adiantamentos de Clientes
Impairment (Perdas por Redução ao Valor Recuperável)

Valor Líquido
b.2) Risco de Crédito Potencial

Em particular, os derivativos têm pouca previsibilidade de ganhos e perdas associados às oscilações de mercado, motivo pelo qual a instituição utiliza um modelo de análise histórica sobre o ativo subjacente da operação em foco, dado um conjunto de prazos e um nível de confiança, a fim de estimar o risco potencial da operação. Esta medida é denominada Risco de Crédito Potencial (RCP), que é somada à posição de crédito do cliente para fins da apuração da exposição total ao risco de crédito da contraparte.

Abaixo são apresentadas as informações relativas ao valor nocional dos contratos sujeitos ao risco de crédito potencial e às garantias recebidas para mitigar este risco.

BMF - Contratos com Câmara Central Atuando como Contraparte
CETIP - Contratos sem Câmara Atuando como Contraparte Central
SELIC - Contrato sem Câmara Atuando como Contraparte Central
Total

Segue abaixo o valor bruto dos contratos (valores positivos da marcação a mercado) sujeitos ao risco de crédito da contraparte.

BMF - Contratos com Câmara Central Atuando como Contraparte

Derivativos

CETIP - Contratos sem Câmara Atuando como Contraparte Central

Derivativos

SELIC - Contrato sem Câmara Atuando como Contraparte Central

Compromissadas

Total
b.3) Garantias

A instituição utiliza-se de garantias reais e pessoais como mitigadores de risco em suas operações de crédito, derivativos e operações compromissadas. As operações de crédito são estruturadas e propostas com as garantias de acordo com as características intrínsecas de cada crédito concedido. O processo de análise de crédito verifica as garantias frente ao nível do risco da operação, e, por fim, delibera sobre a aprovação, suficiência ou reprovação das garantias apresentadas.

Seguindo linhas gerais, a distribuição geográfica das garantias reais segue aquela das operações de origem. Na maioria dos casos, o tipo de garantia solicitada dependerá da modalidade do empréstimo, qualidade creditícia, ramo de atividade e segmento econômico do proponente da operação de crédito. Assim, a diversificação de garantias recebidas acompanhará a distribuição da carteira de crédito, por modalidades e segmentos.

Segue abaixo a relação das principais garantias operadas pelo Banco:

- Aval dos sócios e cotistas;
- Penhor ou alienação fiduciária de bens móveis;
- Hipoteca ou alienação fiduciária de bens imóveis;
- Cessão fiduciária de direitos creditórios e títulos de crédito; e
- Cessão fiduciária de depósitos e títulos.

O registro das garantias é realizado na forma da lei e, em se tratando de penhor ou alienação de bens móveis ou imóveis, em regra se dá nos cartórios competentes.

A avaliação das garantias, em especial relativas à produção agropecuária, é feita com base no preço de mercado do produto na data da concessão e/ou no preço futuro previsto para o produto, considerando o cenário de venda forçada. Realizam-se periodicamente, em média a cada trimestre, ou de acordo com os fluxos de vencimento, histórico ou épocas de abate, colheita, etc., visitas de monitoramento para aferição da real existência das garantias, bem como sua qualidade e condições de manejo e estocagem.

Em dezembro de 2013, o Banco passa a considerar consistentemente as garantias associadas aos empréstimos em carteira, associando ao valor das garantias a probabilidade de arresto das mesmas, para fins de quantificar das potenciais perdas de crédito incorridas em seu portfólio. Esta medida passa a direcionar objetivamente as provisões de crédito constituídas e as ações de cobrança sobre as operações inadimplentes. A redução das perdas potências de crédito somaram aproximadamente R\$250 mil reais, no fechamento do exercício.

Execução de Garantias de Empréstimos e Adiantamentos

31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012
21.564	25.642	3.346
1.306.157	1.067.919	883.748
68.320	56.236	46.833
31.800	–	296
555.868	734.315	768.339
–	800	54.830
571.761	268.928	13.450
25.750	–	–
52.658	7.640	–
1.327.721	1.093.561	887.094

Empréstimos e Adiantamentos Impaired e Não Impaired

31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012
714.219	243.994	1.810.518
23.351	55.092	58.734
29.181	68.554	158.522
766.751	367.639	2.027.775
(41.128)	(47.556)	(183.631)
725.623	320.083	1.844.143

Valor Nocional - Contratos Sujeitos ao Risco de Crédito Potencial

31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012
1.001.647	7.499.840	31.400.673
123.709	–	39.901
443.446	853.038	–
1.568.802	8.352.878	31.440.574

Valor Positivo Bruto - Contratos Sujeitos ao Risco de Crédito Potencial

31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012
–	–	226
1.196	–	–
115	19	–
1.311	19	226

Mitigação de Risco por Garantias

Saldo 31 de dezembro de 2013	Valor Mitigado	Impacto PCLD
47.337	42.825	(237)
47.337	42.825	(237)

Corporate

Total Mitigado

Tanto para gerenciamento interno como para a apuração do capital a ser alocado para cobertura das exposições relativas ao risco de crédito Circular nº 3.644/2013, a instituição utiliza, nas operações de venda com recompra, os recursos financeiros recebidos como mitigador de risco de crédito. Já nas operações de compra com revenda, os títulos públicos federais recebidos são utilizados como mitigadores de risco de crédito. Com estes procedimentos é possível mitigar quase a totalidade da exposição ao risco de crédito original da operação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Segue abaixo tabela com as exposições mitigadas nas operações compromissadas para fins de alocação de capital referente à Parcela de Exposição Ponderada pelo Risco:

	Valor Mitigado por Instrumento		
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012
Compra com Revenda	547.777	853.037	-
Venda com Recompra	78.829	-	318.814
Total	626.606	853.037	318.814

b.4) Recuperação e Cobrança

A área de cobrança objetiva minimizar as perdas financeiras associadas ao atraso, parcial ou total, dos contratos de empréstimos. A recuperação de crédito segue as regras definidas na "régua de cobrança" estipulada para cada tipo de modalidade de crédito.

As ações de cobrança vão desde o contato com o cliente, negociação amigável, aviso aos garantidores e avalistas, negativação em órgãos que prestam serviço de informação de crédito (SPC, SERASA), chegando a tomada de ações jurídicas cabíveis para a recuperação da dívida.

b.5) Provisonamento de Crédito

O quadro abaixo traz o montante de provisões e carteira para empréstimos e recebíveis.

	31 de dezembro de 2013		31 de dezembro de 2012		1º de janeiro de 2012	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
Individual	225.440	16.726	199.013	775	215.122	50.889
Massificado	541.311	24.402	168.626	46.781	1.812.653	132.742
Total	766.751	41.128	367.639	47.556	2.027.775	183.631

A análise dos dados de provisionamento indica uma redução percentual expressiva dos contratos que representam risco moderado de perda de crédito para a instituição, resultado das estratégias de pulverização do portfólio nos melhores clientes e em contratos com garantias reais associadas, reduzindo consistentemente os riscos de crédito das novas operações.

O total da carteira de empréstimos e recebíveis que apresentam indícios de perda é de R\$29.181 e a provisão constituída foi de R\$15.650.

c) Riscos de Liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, assim como a possibilidade de a instituição não conseguir negociar ao preço de mercado uma posição devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez do Banco tem como base a Resolução nº 4.090/2012 do CMN.

Desta forma, o gerenciamento do risco de liquidez é parte integrante da gestão da Instituição e do processo de decisão das áreas de gestão e consiste na execução de atividades como, monitoramento e controle das métricas de risco de liquidez, bem como de seus respectivos limites operacionais. Tais métricas definem o caixa mínimo necessário para que a instituição tenha solvência para exercer suas funções sem afetar sua capacidade de honrar com suas obrigações.

Adicionalmente, são realizados testes de aderência dos modelos utilizados nas projeções de fluxo de caixa e reavaliação das métricas, limites operacionais e caixa mínimo.

A apuração do fluxo de caixa é realizada diariamente considerando diferentes tipos de moedas, prazos e valores contratados das operações. Visando uma melhor aderência com o fluxo real, incorpora-se ao fluxo de caixa contratual a ocorrência de eventos esperados que impactem na liquidez da instituição, como probabilidade de inadimplência, renovação de operações, resgate antecipado, etc.

As tabelas abaixo demonstram a expectativa do valor dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros dos seguintes produtos: CDB, CDI, LCA, DPGE, Depósito à Vista e "funding" direcionado. Nesta análise foram considerados os fluxos não descontados e, portanto, os valores podem diferir do apresentado na posição da demonstração financeira.

Também são apresentados os passivos financeiros derivativos, em particular, das operações no mercado de Balcão. Os produtos sujeitos à análise foram o "Swap" e o NDF. O valor em questão representa a marcação a mercado deste conjunto de operações.

	31 de dezembro de 2013			31 de dezembro de 2012	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Passivos Financeiros					
Passivos Totais	110.066	71.224	197.876	379.166	781
Derivativos	696	85	-	781	
					31 de dezembro de 2012
Passivos Financeiros					
Passivos Totais	91.345	147.308	252.503	491.156	1º de janeiro de 2012
Passivos Financeiros					
Passivos Totais	53.477	271.678	447.701	772.856	1º de janeiro de 2012
Derivativos	9	4	1.661	1.674	
		31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012		1º de janeiro de 2012
Ativos Financeiros		2.231.590	2.166.091	3.816.509	
Passivos Financeiros		379.947	491.156	774.530	
Gap (ativos - passivos)		1.851.643	1.674.935	3.041.979	

Ao longo de 2013, o Banco manteve índices adequados de liquidez. Os ativos líquidos da instituição foram capazes de cobrir em quase três vezes a soma total de todos os depósitos. Cabe ressaltar que, destes depósitos, os passíveis de alta volatilidade são compostos somente por depósitos à vista, e estes correspondem a menos de 1 % dos depósitos da Instituição.

31 de dezembro de 2013	
Indicadores	
Ativos Líquidos/Depósitos Totais	2,88
Depósito à Vista/Depósitos Totais	0,96%

d) Risco Operacional

Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Inclui-se nos eventos de risco operacional:

- Fraudes internas e externas;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da instituição;
- Danos a ativos físicos próprios ou de uso pela instituição;
- Aqueles que acarretam interrupção de atividades;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

A estrutura de risco operacional do Banco visa identificar, avaliar, monitorar, testar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada na Política de Gerenciamento de Risco Operacional. Este documento define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva evitando novos eventos e reincidência de falhas e elaborar um Plano de Contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com um comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

d.1) Gestão de Capital

Gestão de Capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição com a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, visando o planejamento de metas e de necessidade de capital, de acordo com os objetivos estratégicos da instituição (Resolução nº 3.988/2011).

A Diretoria de Riscos monitora e controla a necessidade de capital para fazer frente aos riscos da instituição, reportando os resultados para os órgãos reguladores, às áreas envolvidas no processo e aos comitês gestores.

Os procedimentos relacionados ao gerenciamento de capital têm como objetivo a identificação e avaliação da relação entre o capital exigido e capital disponível. Neste contexto, os processos executados pela Diretoria de Riscos têm como foco: a) evolução e projeção dos principais riscos que a instituição incorre; b) projeção das carteiras de ativos e passivos e dos resultados; c) levantamento das fontes de capital; d) projeção do capital e das necessidades de capital para fazer frente aos riscos; e) apuração e análise da suficiência de capital, de acordo com as metas definidas; e f) aplicação de testes de estresse e reporte dos resultados e controles de limites.

Atualmente, o Patrimônio de Referência (PR) da instituição é composto somente pelo PR Nível I, constituído pelos seguintes instrumentos:

- Ações ordinárias no país;
- Ações preferências não cumulativas e não resgatáveis no país;
- Reserva de lucros;
- Lucros/prejuízos acumulados; e
- Ajustes Prudenciais.

Assim, a instituição não possui instrumentos híbridos de capital e dívida (IHCD), dívidas subordinadas e ações elegíveis a compor o PR Nível II. Na apuração do Patrimônio de Referência (PR) não há nenhum instrumento com prazo de vencimento.

No ano de 2013 o Bacen publicou a Resolução nº 4.193/2013 versando sobre as novas regras de cálculo de capital regulatório, implantando o conceito de Ativo Ponderado pelo Risco ("RWA", sigla em inglês). Estas regras substituíram as definições da Resolução nº 3.490/2007 onde o conceito de capital se baseava nas parcelas de risco e no Patrimônio de Referência Exigido (PRE).

27. Resultado por Ação

	01/01 a	01/01 a
	31/12/2013	<u>31/12/2012</u>
Lucro Atribuível ao Controlador	27.667	223.598
Quantidade Média de Ações em Circulação		
Média Ponderada do Número de Ações Ordinárias	518.913	518.913
Média Ponderada do Número de Ações Preferenciais	18.913	18.913
Total	537.826	537.826
Lucro Atribuível ao Controlador para Ações Ordinárias	26.694	215.735
Lucro Atribuível ao Controlador para Ações Preferenciais	973	7.863
Lucro por Ação Básico e Diluído - Reais		
Ações Ordinárias	0,05144	0,41574
Ações Preferenciais	0,05144	0,41574

28. Transição para as IFRSs (Aplicação do IFRS 1)

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 são as primeiras demonstrações financeiras anuais preparadas pelo Banco em conformidade com os Padrões Contábeis Internacionais, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo IASB. O Banco aplicou a IFRS 1(R) na preparação da demonstração financeira em IFRS.

A data de transição dessas demonstrações financeiras é 1º de janeiro de 2012. O Banco preparou um balanço patrimonial consolidado de abertura segundo as IFRSs nessa data.

Na preparação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a IFRS 1(R), o Banco aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais em relação à aplicação retrospectiva completa das IFRSs.

a. Isenções das Aplicações Retrospectivas Completas escolhidas pelo Banco

As isenções opcionais existentes no IFRS 1 (R) não foram aplicáveis ao Banco e estão descritas a seguir:

- Isenção de Combinação de Negócios - O Banco não efetuou combinação de negócios e, portanto, não aplicou essa isenção;
- Isenção de Benefícios a Empregados - O Banco não possui benefícios de longo prazo e, portanto, não aplicou essa isenção;
- Contratos de Seguro - O Banco não possui operações de seguros, e portanto, não aplicou essa isenção;
- Arrendamentos - O Banco não possui contratos de leasing na data de transição, e portanto, não aplicou essa isenção;
- Valor Justo ou Reavaliação como Custo Atribuído - O Banco optou por não aplicar essa isenção e, portanto, não mensurou os itens do ativo imobilizado pelo valor justo;
- Instrumentos Financeiros Compostos - O Banco não possui saldo em aberto relacionado a esse tipo de instrumento financeiro na data de transição para a IFRS;
- Ativos e Passivos de Subsidiárias, Coligadas, e Empreendimentos em Conjunto - Somente as demonstrações financeiras consolidadas do Banco foram preparadas de acordo com as IFRSs;
- Transação de Pagamentos Baseados em Ações - O Banco não possui esse tipo de transação na data de transição;
- Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares incluídos no Custo do Imobilizado - O Banco não possui passivos dessa natureza;
- Ativos Financeiros ou Ativos Intangíveis Contabilizados de acordo com a IFRIC 12 - O Banco não possui contratos firmados sob o escopo da IFRIC 12; e
- Custo dos Empréstimos - O Banco não possui custos de empréstimos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável.

b. Exceções da Aplicação Retrospectiva seguidas pelo Banco

O Banco aplicou as seguintes exceções obrigatórias na aplicação retrospectiva:

b.1. Exceção das Estimativas

As estimativas segundo as IFRSs, em 1º de janeiro 2012 são consistentes com as estimativas feitas na mesma data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

b.2. Baixa de Ativos Financeiros

De acordo com os requisitos do IFRS 1, as baixas foram recompostas e registrados os ativos transferidos com retenção de riscos e benefícios e registrado o passivo referente à coobrigação na operação de cessão de crédito na data da transição ao IFRS.

b.3. Outras Exceções Obrigatórias

As outras exceções obrigatórias na IFRS 1(R) não se aplicam, pois o Banco não possui operações e não houve diferenças significativas em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil nessas áreas:

- Participação de não controladores;
- Contabilização de cobertura "hedge"; e
- Ativos classificados como mantidos para venda e operações descontinuadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

29. Reconciliação
a. Conciliação dos Ativos e Passivos

	Saldos Apresentados em BRGAAP de dez/2011	Efeitos de Consolidação	Consolidado BRGAAP - 31 de dezembro de 2011	(a) Cessão de Crédito com Retenção de Riscos e Benefícios	(b) Reclassificação das Ações - De: Disponível para Venda/Para: Negociação	(c) Ajuste - Perda do Valor Recuperável	Consolidado IFRS - 1º de janeiro de 2012
Ativo Circulante e Não Circulante							
Disponibilidades	163	5.268	5.431	-	-	-	5.431
Depósitos Compulsórios no Banco Central	30	-	30	-	-	-	30
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	38.222	52.771	90.993	-	-	-	90.993
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	38.222	-	38.222	-	-	-	38.222
Aplicações no Mercado Aberto	-	52.771	52.771	-	-	-	52.771
Ativos Financeiros Mensurados							
por Meio do Resultado	1.388.615	-	1.388.615	-	469.818	-	1.858.433
Titulos de Dívida e Patrimoniais	1.388.337	-	1.388.337	-	469.818	-	1.858.155
Derivativos	278	-	278	-	-	-	278
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	654.537	(15.622)	638.915	(164.033)	(469.818)	-	5.064
Titulos de Dívida e Patrimoniais	654.537	(15.622)	638.915	(164.033)	(469.818)	-	5.064
Empréstimos e Recebíveis	790.063	-	790.063	1.063.712	-	(9.631)	1.844.144
Empréstimos e Recebíveis	964.063	-	964.063	1.063.712	-	-	2.027.775
Perda por Redução ao Valor Recuperável	(174.000)	-	(174.000)	-	-	(9.631)	(183.631)
Outros Ativos Financeiros	11.941	473	12.414	-	-	-	12.414
Investimentos em Empresas não Consolidadas	102.698	(102.698)	-	-	-	-	-
Ativos Imobilizado, líquido	5.496	2.454	7.950	-	-	-	7.950
Ativos Intangíveis, líquido	832	-	832	-	-	-	832
Ativos Fiscais	295.362	(118.815)	176.547	-	-	56.286	232.833
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	4.806	3.430	8.236	-	-	-	8.236
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	290.556	(122.245)	168.311	-	-	56.286	224.597
Outros Ativos	68.815	89.054	157.869	-	-	-	157.869
Total do Ativo	3.356.774	(87.115)	3.269.659	899.679	-	46.655	4.215.993
Passivo Circulante e Não Circulante							
Passivos Financeiros Mensurados							
por Meio do Resultado	53	-	53	-	-	-	53
Derivativos	53	-	53	-	-	-	53
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	1.289.415	(3.011)	1.286.404	1.078.053	-	(1.302)	2.363.155
Depósitos	924.216	(3.011)	921.205	-	-	-	921.205
Captações no Mercado Aberto	315.108	-	315.108	-	-	-	315.108
Recursos de Mercados Interbancários	50.091	-	50.091	-	-	-	50.091
Cessão com Coobrigação	-	-	-	1.078.053	-	(1.302)	1.076.751
Outros Passivos Financeiros	535	-	535	-	-	-	535
Provisões	50.218	28	50.246	-	-	(45.987)	4.259
Obrigações Fiscais	127.184	(123.438)	3.746	-	-	-	3.746
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	2.327	1.419	3.746	-	-	-	3.746
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	124.857	(124.857)	-	-	-	-	-
Outros Passivos	104.998	39.306	144.304	-	-	-	144.304
Total do Passivo	1.572.403	(87.115)	1.485.288	1.078.053	-	(47.289)	2.516.052
Capital Social	1.997.408	-	1.997.408	-	-	-	1.997.408
Outros Resultados Abrangentes	25.640	-	25.640	-	(25.640)	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(238.677)	-	(238.677)	(178.374)	25.640	93.944	(297.467)
Total do Patrimônio Líquido	1.784.371	-	1.784.371	(178.374)	-	93.944	1.699.941
dos Acionistas Controladores	1.784.371	-	1.784.371	(178.374)	-	93.944	1.699.941
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	3.356.774	(87.115)	3.269.659	899.679	-	46.655	4.215.993

c. Conciliação do Patrimônio Líquido e Lucro Líquido em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

	31 de dezembro de 2013		31 de dezembro de 2012		1º de janeiro de 2012
	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Patrimônio Líquido
Saldos/Lucro Divulgados em BRGAAP	47.499	1.932.871	164.296	1.834.694	1.784.371
Ajustes que Afetam o Patrimônio Líquido e o Lucro Líquido	(19.832)	13.987	59.302	2.854	(84.430)
Cessão de Crédito com Retenção de Riscos e Benefícios	-	-	178.374	-	(178.374)
Mensuração ao Valor Justo de Ações	(8.317)	-	(31.538)	-	-
Perda por Redução do Valor Recuperável de Empréstimos e Recebíveis	1.236	(44)	(38.938)	(1.281)	37.658
Variação Cambias Outros Ativos	(25.974)	-	(9.059)	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os Ajustes	13.223	14.031	(39.536)	4.135	56.286
Saldos/Lucro Líquido em IFRS	27.667	1.946.858	223.598	1.837.548	1.699.941

(a) Cessão de Crédito com Retenção de Riscos e Benefícios

O Banco, efetuou cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios. De acordo com as normas brasileiras o ativo é baixado e o resultado é apurado na data da cessão.

A IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração determina que quando há retenção substancial de riscos e benefícios o ativo não deve ser baixado e há o reconhecimento de um passivo em contrapartida à consideração recebida.

O efeito dessa mudança foi o reconhecimento de um ativo de R\$899.679, um passivo de R\$1.078.053 e um estorno (débito) em lucros acumulados de R\$178.374 na data de transição. O efeito fiscal desse ajuste foi uma diminuição do passivo fiscal de R\$56.286.

(b) Mudança de Classificação de Instrumentos Financeiros - Disponíveis para Venda para Disponível para Negociação

O Banco efetuou a reclassificação de Instrumentos Financeiros Disponíveis para venda para Disponível para negociação na data de transição. O resultado dessa reclassificação foi um estorno (débito) em resultado abrangente e uma adição (crédito) em lucros e prejuízos acumulados no valor de R\$25.640, respectivamente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

(c) Perda por Redução no Valor Recuperável de Empréstimos e Recebíveis

O Banco adota como política contábil as normas brasileiras para perda por redução no valor recuperável de empréstimos e recebíveis, a análise das operações efetuadas pela Administração, a mensuração da redução no valor recuperável, caso a caso, e também a conjuntura econômica, histórico de perda e os riscos e benefícios globais das carteiras, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682/2000 do Bacen. As classificações de risco de clientes ("ratings") são atribuídas por modelo de "credit score", sem a ocorrência de melhorias na classificação por parte do comitê de crédito.

De acordo com o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, a perda do valor recuperável de um ativo financeiro deve ser reconhecida quando o valor contábil é maior que seu valor estimado de recuperação.

Para mensurar o montante de redução ao valor recuperável de acordo com o IAS 39 o Banco utilizou as seguintes premissas:

- Inadimplência nos pagamentos do principal ou juros - Com 90 dias de atraso entram as operações de consignado e o "rating" "C" para as operações de empréstimos e financeiros não consignados;
- Dificuldades financeiras do devedor e outras evidências objetivas que resultem numa deterioração na posição financeira do devedor; e
- Início de processo de recuperação judicial.

Baseado nessas premissas o Banco efetuou uma redução no valor provisionado no passivo e em lucros e prejuízos acumulados no montante de R\$47.289 e R\$37.658, respectivamente.

30. Reestruturação Societária

Foram implementados movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades da entidade de acordo com o plano de negócios.

a. Venda da Promotora

Em 27 de dezembro de 2013, o Banco celebrou a venda da Promotora, devido a descontinuidade de negócio. O referido fechamento da operação compreendeu na transferência efetiva, de 101.740.033 quotas nominativas, totalmente integralizadas, com valor unitário de R\$1,11 centavos, representando 99,998525% de participação. Os ativos e passivos da Promotora totalizavam R\$146.673 e R\$50.729, respectivamente. O preço certo e ajustado a quotas, para fins de celebração do contrato definitivo de compra e venda da Sociedade, foi de R\$95.944. O pagamento do preço, se dará por um valor inicial de R\$25.000 (recebido em 30 de dezembro de 2013), e a diferença entre o preço de compra e a parcela já recebida, deverá ser paga no primeiro semestre de 2014, devidamente corrigida monetariamente pela taxa média diária do CDI, desde 31 de dezembro de 2013 até o efetivo pagamento.

Não houve ganho reconhecido nesta operação, o valor a receber se encontra registrado na rubrica "Outros Ativos".

b. Venda da Bem-Vindo

No fim de 2011, o Banco (Vendedor) iniciou o processo de venda integral para o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul) (Comprador) e a Matone Participações S.A. (Comprador), denominados (Compradores), a rede de lojas Bem-Vindo e todos os sistemas e processos necessários à realização das operações de crédito consignado e demais serviços financeiros prestados por esta. Dessa forma, o Banco deixa de manter seu foco de atuação na originação de empréstimos consignados.

A operação foi homologada pelo Bacen.

c. Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC's)

Durante o período de 2013 e 2012 o Banco encerrou os FIDC's através da liquidação total dos mesmos.

As demonstrações financeiras de acordos com as práticas adotadas no Brasil (BRGAAP), foram publicadas em 21 de março de 2014.

A DIRETORIA**CONTADOR - Alexandre Passos Alves - CRC 15P297.700/O-2**



Banco Original

www.bancooriginal.com.br